



NOÇÕES DE ECONOMIA



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado

Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Jeronimo Moscardo

INSTITUTO RIO BRANCO (IRBr)



Diretor

Embaixador Fernando Guimarães Reis

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br

NOÇÕES DE ECONOMIA

Carlos Águedo Nagel Paiva

André Moreira Cunha



Brasília, 2008

Copyright 2008 Fundação Alexandre Gusmão

Paiva, Carlos Águedo Nagel.

Noções de economia / Carlos Águedo Nagel Paiva, André Moreira Cunha. — Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

452 p.

ISBN : 978.85.7631.091-4

1. Economia. 2. Instituto Rio Branco. I. Cunha, André Moreira. II. Título.

CDU 330.1

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)

Ministério das Relações Exteriores

Esplanada dos Ministérios, Bloco H

Anexo II, Térreo

70170-900 – Brasília – DF

Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847

Fax: (61) 3411-9125

Site: www.funag.gov.br

e-mail: funag@mre.gov.br

Impresso no Brasil 2008

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825 de 20.12.1907

SUMÁRIO

Apresentação	9
PARTE I: TEORIA ECONÔMICA	13
I.1 FUNDAMENTOS DE ECONOMIA	15
1. A Ciência Econômica: seu(s) objeto(s), método(s) e paradigmas	15
1.1 Introdução	15
1.2 Do Consenso à Polêmica	18
1.3 O Neoclassicismo (ou: o cartesianismo em Economia)	21
1.4 O Estruturalismo (ou o kantismo em Economia)	24
1.5. O Institucionalismo Histórico (ou: o hegelianismo em Economia)	27
1.6 Conclusão: existe uma ciência econômica?	33
<i>Apêndice ao Capítulo 1: A Revolução da Teoria dos Jogos e a Consolidação da Ciência Econômica</i>	<i>37</i>
2. Estrutura e Desenvolvimento do Sistema Mercantil Capitalista	49
2.1 Introdução	49
2.2 Características Gerais das Economias Mercantis	50
2.3 Capitalismo, Assalariamento e Luta de Classes	53
2.4 Crise, Ciclo e Tendência: uma introdução à dinâmica econômica capitalista	58
2.5 Conclusão	67
3. Os Indicadores de Produto, Atividade e Bem-Estar Econômicos e suas Limitações	69
3.1 Introdução	69
3.2 Produção, Produto Bruto e Produto Líquido	70
3.3 Produto e Renda	77
3.4 Uma Avaliação de Indicadores Seleccionados de Atividade e Bem-Estar Econômicos	81
3.4.1. PIB e Renda	81
3.4.2 PIB e Renda per capita	82
3.4.3 Taxa de Crescimento do PIB e da Renda	83
3.4.4 Taxas de Emprego e Desemprego	83
3.4.5 Variação da Taxa de Desemprego	85
3.4.6 Índice de Desenvolvimento Humano	86
3.5 Conclusão	87
I.2 MICROECONOMIA	89
4. Introdução à Microeconomia: Princípios Gerais da Determinação dos Preços	89
4.1 Introdução: o objeto da Microeconomia	89
4.2 A Função Demanda e a Teoria do Consumidor	90

4.3 As Demais Variáveis Independentes da Função Demanda	96
4.3.1 <i>A Relação Funcional entre Renda e Demanda do Consumidor</i>	96
4.3.2 <i>Bens Substitutos e Complementares</i>	98
4.4 O Equilíbrio de Mercado e a Determinação de Preços: uma primeira aproximação	99
4.5 A Elasticidade-Preço da Demanda	102

5. A Função Oferta e o Equilíbrio da Firma em Concorrência Perfeita	105
5.1 Introdução: a complexidade imanente à função oferta	105
5.2 Determinação do Equilíbrio em Mercados Agrícolas (Concorrência Perfeita)	109
5.3 Algumas Derivações da Teoria do Equilíbrio da Firma em Concorrência Perfeita	116

6. Formação de Preços em Concorrência Imperfeita	119
6.1 Introdução	119
6.2 A Vertente Cambridgeana	123
6.2.1 <i>Os fundamentos teórico-históricos da Vertente Cambridgeana</i>	123
6.2.2 <i>A Precificação em Concorrência Imperfeita segundo a Vertente Cambridgeana</i>	128
6.2.3 <i>A Curva de Oferta em Concorrência Imperfeita e a contribuição de Kalecki</i>	136
6.3. A Vertente Oxfordiana	146
6.3.1. <i>O Princípio do Custo Total e os Fundamentos Empiristas da Vertente Oxfordiana</i>	146
6.3.2 <i>A Curva de Demanda Quebrada</i>	149
6.3.3 <i>Barreiras à Entrada e Preço-Limite</i>	156
6.4 Conclusão: Para além de Cambridge e Oxford	159
6.4.1 <i>Os fundamentos da Contraposição “Cambridge x Oxford”</i>	159

<i>Apêndice ao Capítulo 6 - Elasticidade, Concorrência Imperfeita e Precificação por “Mark-up”: uma leitura Cambridgeo-Kaleckiana</i>	163
---	-----

7. Estrutura, Padrões de Precificação e Desenvolvimento dos Mercados de Estoques, Títulos e Ações ...	167
7.1 Introdução	167
7.2 O Mercado de Títulos e Ações: uma visão geral	169
7.3 O Modelo Neoclássico de Precificação de Ativos	173
7.3.1 <i>O Modelo Neoclássico Simplificado e a Centralidade da Taxa de Juros</i>	173
7.3.2 <i>Conhecimento Perfeito e Taxa de Juros de Longo Prazo</i>	178
7.4 Uma abordagem estruturalista da precificação no mercado de títulos: Keynes, Soros e as expectativas auto-confirmantes	180
7.5 Uma Análise Institucionalista-histórica: o papel do sistema financeiro na regulação da especulação bursátil	190

I.3 MACROECONOMIA	199
-------------------------	-----

8. Teoria de Determinação da Renda	199
8.1 Introdução	199
8.2 Medidas da Atividade Econômica: retomando os conceitos básicos	202
8.3 Flutuações da Renda no Curto Prazo e o Princípio da Demanda Efetiva	211
8.3.1 <i>Os Determinantes dos Gastos em Consumo</i>	213
8.3.2 <i>Os Determinantes dos Gastos em Investimento</i>	215
8.3.3 <i>O Multiplicador da Renda em um Modelo Macroeconômico Simplificado</i>	219

8.4 O Papel da Política Econômica na Determinação da Renda	220
8.5. A Determinação da Renda no Longo Prazo: crescimento versus desenvolvimento	225
8.5.1 <i>A Emergência do Desenvolvimento Econômico como uma Área de Estudo</i>	228
8.5.2 <i>Estado e Desenvolvimento</i>	231
9. Moeda, Sistema Financeiro e Taxa de Juros	235
9.1 Introdução	235
9.2 Moeda: origens e funções	236
9.3 Sistemas de Garantia e Conversibilidade das Moedas	241
9.4 Oferta e Demanda de Moeda	244
9.5 O Sistema Financeiro e a Determinação da Taxa de Juros de Curto Prazo	250
9.5.1 <i>Considerações Conceituais e Teóricas</i>	250
9.5.2 <i>A Formação das Taxas de Juros de Curto Prazo</i>	250
<i>Apêndice ao Capítulo 9 – O Multiplicador Bancário</i>	257
10. Balanço de Pagamentos: a análise das contas externas em economias abertas	261
10.1 Introdução	261
10.2 A Estrutura do Balanço de Pagamentos	261
10.3 Os Resultados em Conta Corrente e o Ajuste do Balanço de Pagamentos	266
10.3.1 <i>A Ótica do Endividamento</i>	267
10.3.2 <i>A Abordagem da Absorção e a Diferença entre PIB e PNB</i>	269
10.3.3 <i>Abordagem da Poupança e do Investimento</i>	271
10.3.4 <i>O Ajustamento do Balanço de Pagamentos</i>	273
11. Comércio Internacional e Investimento Direto Estrangeiro	279
11.1 Introdução	279
11.2 Teorias do Comércio e o Papel das Políticas Comerciais	281
11.2.1 <i>Teorias Clássicas do Comércio Internacional</i>	282
11.2.2 <i>Teorias Neoclássicas do Comércio Internacional</i>	287
11.2.3 <i>As Novas Teorias do Comércio Internacional</i>	289
11.2.4 <i>Até Onde Divergem os Modelos de Comércio?</i>	289
11.3 Teorias do Investimento Direto Estrangeiro	290
11.3.1 <i>Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro</i>	290
11.3.2 <i>Efeitos do Investimento Direto Estrangeiro</i>	293
11.4 Possibilidades e Limites da Atuação do Estado	297
<i>Apêndice ao Capítulo 11 – Aprofundando a Análise das Vantagens Comparativas</i>	301
12. Determinação da Taxa de Câmbio	309
12.1 Introdução	309
12.2 Pagamentos Internacionais e Conversibilidade das Moedas	311
12.3 Mercado Cambial e Tipos de Taxa de Câmbio	313
12.3.1 <i>O Mercado Cambial</i>	313
12.3.2 <i>Tipos de Taxas de Câmbio</i>	315
12.4 Os Regimes Cambiais e Impactos Domésticos das Variações nas Taxas de Câmbio	317
12.4.1 <i>Regime de Câmbio Flexível (Flutuante ou “Livre”)</i>	317

12.4.2 Regime de Câmbio Fixo	320
12.4.3 Regimes de Câmbio Administrado ou “Mistos”	324

<i>Apêndice ao Capítulo 12 - Os Regimes Cambiais e a Evolução do Sistema Monetário Internacional</i>	327
--	-----

13. Política Macroeconômica em Economias Abertas	335
13.1 Introdução	335
13.2 O Modelo IS/LM para Economias Fechadas	336
13.3 O Modelo IS/LM/BP: política macroeconômica em economias abertas	338
13.4 Política Econômica e Regimes Cambiais	346
13.4.1 Câmbio Fixo e Ausência de Livre Mobilidade de Capitais	346
13.4.2 Câmbio Flutuante e Ausência de Livre Mobilidade de Capitais	350
13.4.3 Câmbio Fixo com Livre Mobilidade de Capitais	351
13.4.4 Câmbio Flutuante com Livre Mobilidade de Capitais	355
13.5 Um Balanço das Opções de Política Econômica para Economias Abertas	357

<i>Apêndice ao Capítulo 13 - Crises Financeiras e a Instabilidade Potencial das Economias de Mercado</i>	359
--	-----

PARTE II: A ECONOMIA BRASILEIRA 367

II.1 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL 369

14. Patrimonialismo e Escravidão: fundamentos da estrutura e da dinâmica colonial brasileira	373
14.1 Introdução	373
14.2 O Antigo Regime Português	374
14.3 A Economia e a Sociedade Escravista Colonial	380

15. Da Independência à República: constituição, dinâmica e crise da economia escravista nacional..... 389

16. A emergência da ordem capitalista e os limites da industrialização cafeeira 401

II.2 ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA 413

17. A Economia Brasileira Depois de 1930	413
17.1 Introdução	413
17.2 Principais Etapas do Processo de Industrialização da Economia Brasileira	414
17.2.1 Antecedentes da Industrialização Pesada	414
17.2.2 A Industrialização Pesada	416
17.2.3 A Crise do Nacional-Desenvolvimentismo	422
17.4 A Décadas de 1990: liberalização econômica e o Plano Real	427
17.5 Os Anos 2000: consolidação da transição democrática e o novo boom externo	434
17.6 Desafios para o Século XXI	435

Anexo 439

Referências Bibliográficas 443

APRESENTAÇÃO

Este é um livro de Introdução à Economia. Mas ele não pretende ser apenas mais um livro de Introdução a esta polêmica ciência. Aproveitando o gentil convite da Fundação Alexandre de Gusmão para a redação de um livro-texto preparatório ao concurso de ingresso na carreira diplomática, buscamos produzir uma obra que pudesse ser útil a todos aqueles profissionais brasileiros que precisam **entender** Economia, mas que não têm tempo para (ou interesse em) se tornarem Economistas. Vale dizer, pretendemos dedicar este livro ao conjunto dos não economistas que atuam na gestão dos negócios públicos e privados. O que é, virtualmente, toda a elite econômica, política e intelectual de um país.

Com um público tão amplo, as chances de estarmos lançando um *best-seller* parecem consideráveis. Porém, infelizmente (para nós, autores, mas também para os leitores potenciais) a coisa não é tão simples. Até porque – e aqui já damos a nossa primeira lição de Economia – se a demanda por um tal produto é tão expressiva, e ela ainda não foi adequadamente atendida, é porque ofertá-lo está longe de ser trivial. Na verdade, o que se demanda (e o que vamos tentar ofertar aqui) é quase impossível: tornar Economia uma ciência fácil, agradável e operativa.

Nossa primeira dificuldade estrutural diz respeito às paixões humanas: é difícil encontrar pessoas igualmente apaixonadas por Matemática (o reino do atemporal e do estritamente lógico) e por História (onde tudo é acontecimento, tudo é único, e nenhuma explicação parece suficiente). Mas é impossível realmente **entender** Economia sem amar (ou, pelo menos, sem estar disposto a sofrer com) estas duas ciências irmãs. O leitor que se aventurar pelas páginas seguintes vai ter de conviver com a dor e o prazer proporcionados pelo esforço de realmente entender os modelos matemáticos da Primeira Parte e de acompanhar os (por vezes tortuosos) raciocínios dialéticos necessários à apreensão do sentido do desenvolvimento capitalista brasileiro, objeto da Segunda Parte. Quem não tiver esta disposição, está fadado a desistir no meio do caminho. Ou, pelo menos, a ter uma compreensão parcial e carente de rigor das principais conclusões e assertivas deste manual.

Mas equacionar o problema das paixões intelectuais conflitantes não é nosso único problema. Igualmente complexa é a tarefa de convencer a um leitor que só quer a Economia como **instrumento prático** de que é necessário, não só se debruçar sobre modelos matemáticos, ou rever (com novos olhos) a nossa História, como, igualmente bem, ter um domínio mínimo (mas não ínfimo) sobre as distintas interpretações que as distintas escolas do pensamento econômico dão para os mesmos fenômenos. Afinal, se apresentamos apenas uma versão – aquela que os autores deste texto subscrevem – não estaremos efetivamente instrumentalizando o leitor para uma interpretação autônoma e plenamente consciente das questões econômicas com as quais se depara.



De outro lado, não é possível pretender que um livro que se quer introdutório e instrumental de Economia esmiúce os aparentemente intermináveis debates internos a esta ciência e abdique de tomar uma posição acerca da melhor resposta ao conjunto de questões com as quais se depara.

A relevância e a complexidade das questões postas pelo caráter polêmico e pluri-paradigmático da Economia são tamanhas, que dedicamos todo o primeiro capítulo do livro ao mesmo. Contudo, já cabe antecipar a tese central que abraçamos e a forma como ela se desdobra numa estratégia particular de exposição. Do nosso ponto de vista, a Economia é uma ciência muito menos controversa do que vulgarmente se pensa (inclusive entre Economistas). A dificuldade em se ver a unidade subjacente à diversidade se encontra no fato de que muitos modelos e teorias pretendem ter uma generalidade que, de fato, não têm¹.

Ora, não podemos apresentar aqui os argumentos necessários à compreensão e validação das assertivas acima. Para tanto, buscamos, particularmente no capítulo 1, mostrar as origens dos diferentes paradigmas, ressaltando suas diferenças, mas, simultaneamente, procurando identificar a relevância dos distintos planos de análise. Isto traduz o nosso compromisso com a instrumentalidade deste manual e com a consistência e aderência empírica dos modelos aqui apresentados². Acreditamos que nenhuma construção teórica das principais escolas de Economia que tenha conquistado consenso entre seus adeptos pode ser uma construção “puramente ideológica”, sem qualquer consistência lógica ou aderência empírica. Na realidade – insistimos no ponto – a dimensão ideológica de algumas destas construções não se encontra nelas mesmas, mas na pretensão de que elas sejam pertinentes a um leque de questões muito mais amplo do que, de fato, podem abarcar.

Antes de concluir esta Apresentação, cabe fazer ainda três pontuações. A primeira diz respeito à seleção dos modelos apresentados aqui. A literatura econômica é abundante, e se se fosse fazer justiça a todos os modelos canônicos de precificação e de dinâmica econômica não teríamos um manual introdutório, mas um compêndio³. Nossa opção foi a de apresentar aqui exclusivamente

¹ Este é o caso, por exemplo, daquele que, para muitos, é o primeiro e mais universal princípio da Economia: a manifestação de rendimentos decrescentes quando se incorporam novos fatores de produção (mão-de-obra, sementes, etc.) variáveis a um processo produtivo em que um determinado fator (terra, por exemplo) é mantido fixo. Na quase totalidade dos manuais de Microeconomia, esta lei é apresentada a partir de um exemplo de produção agrícola, onde a terra é o fator fixo e, normalmente, o trabalho é o fator variável. Esta recorrência não tem nada de casual. Ela simplesmente explicita o fato (intuído por todos, sabido por muitos, mas muito raramente reconhecido) de que a lei dos rendimentos decrescentes só tem plena vigência na agropecuária. Assim como todas as suas derivações canônicas; dentre as quais se sobressai o formato tradicional da função oferta (positivamente inclinada e simétrica à função demanda). Voltaremos a este ponto no capítulo quinto (dedicado ao equilíbrio da firma e à função oferta em concorrência perfeita), e sexto (dedicado à formação de preços nos mercados de concorrência imperfeita).

² O que é o mesmo que dizer que nos recusamos ao formalismo (dominante entre economistas da tradição neoclássica) daqueles que privilegiam a consistência matemática de um sistema em detrimento de sua aderência à realidade e de seu potencial explicativo e preditivo. Para uma excelente crítica do formalismo em Economia, veja-se o trabalho clássico de Ward (1975).

³ É a ambição em dar conta de praticamente toda a literatura consolidada que determina que tantos manuais de Introdução à Economia sejam tão grandes e maçantes que se tornam um convite à não-leitura. Nós simplesmente abrimos mão desta ambição. Não queremos oferecer tudo, mas tão somente o que nos parece realmente essencial.



aqueles modelos que nos parecem particularmente úteis; seja porque (do nosso ponto de vista) eles são os que melhor explicam o comportamento dos mercados e da economia; seja porque eles são amplamente disseminados na literatura, e desconhecê-los implicaria em estar impossibilitado de dialogar/discutir com interlocutores potenciais.

O que nos conduz à segunda pontuação anunciada acima: a estrutura dos Anexos. Ao contrário do usual em manuais mais ambiciosos, não deslocamos para os Anexos os temas menos relevantes ou os demasiado complexos para o leitor iniciante, mas aqueles que exigem mais tempo dos leitores para sua compreensão efetiva.

Por fim, um esclarecimento a respeito da estrutura do livro. Apesar de nossa pretensão de inovar na apresentação dos temas, optamos por manter a classificação e divisão tradicional da Economia. Assim, a Primeira Parte do livro – dedicada à Teoria Econômica – se subdivide em três seções, que intitulamos “Fundamentos de Economia”, “Microeconomia” e “Macroeconomia”; enquanto a Segunda Parte – dedicada à Economia Brasileira – se subdivide em “Formação Econômica do Brasil” e “Economia Brasileira Contemporânea”. Com isto procuramos, simultaneamente, facilitar a utilização do manual e sua comparação com outros livros-textos por parte dos leitores, e aproveitar os diferenciais de formação e especialização dos dois autores. Ao Prof. Dr. Carlos Aguedo Paiva, coube a redação dos capítulos 1 a 7 e 14 a 16; enquanto ao Prof. Dr. André Moreira Cunha coube a redação dos capítulos 8 a 13 e 17. Para além da divisão de trabalho na redação final, contudo, cada capítulo foi objeto de leitura e discussão exaustiva pelos dois autores, de forma que o livro como um todo é um produto de ambos.

Este livro não teria sido possível sem o apoio e compreensão – para com os prazos que se iam esgotando – da Fundação Alexandre de Gusmão. Da mesma forma, sua realização é fruto de anos de dedicação ao ensino e à pesquisa por parte dos seus autores o que, evidentemente, implica na existência de uma dívida de gratidão para com os mestres, colegas e alunos com quem tivemos a oportunidade de interagir e aprender. Mesmo sabendo que qualquer lista acaba por cometer injustiças aos que eventualmente não foram nominados, gostaríamos de destacar nossa gratidão para com os(as) amigos(as) que estiveram mais ligados a este projeto. Da parte de Carlos Paiva não podem ser esquecidos Salvatore Santagada, Pedro Almeida, José Alonso, Raul Bastos, Fernando Dias, Gilmar Hermes, Leo Maltchik, Gisele Ferreira, Rodrigo Araújo, Jonas Carlos, os alunos do Curso do Diplomata e a Direção da FEE, pelo apoio recebido. André Cunha agradece a Paulo Vizentini, Pedro Fonseca, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Carlos Horn, Ricardo Dathein, Daniela Prates, Julimar da Silva Bichara, Marianne Wiesebron, Andrés Ferrari e Marcos Lélis.

Por fim, gostaríamos de dedicar este livro aos que nos são mais caros e de quem roubamos um tempo precioso de convívio para que chegassemos até aqui. Para Caio, Samuel e Isadora. Para Leila e João Pedro.





PARTE I – TEORIA ECONÔMICA





I.1 FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

Capítulo 1 – A Ciência Econômica: seu(s) objeto(s), método(s) e paradigmas

O verdadeiro e o falso pertencem aos pensamentos determinados que, privados de movimento, valem como essências próprias que permanecem cada uma no seu lugar, isoladas e fixas, sem se comunicar uma com a outra. ... Assim como não há um mal, assim também não há um falso.
G.W.F. Hegel, A fenomenologia do espírito

1.1 INTRODUÇÃO

Pelo menos nove entre dez textos de Introdução à Economia iniciam pela apresentação do objeto e do método desta Ciência. E oito entre dez os apresentam como se não houvesse qualquer polêmica acerca da caracterização destes temas. Via de regra, o **objeto da Economia** é apresentado da seguinte forma:

A Economia estuda o comportamento de agentes racionais na alocação de recursos escassos entre fins alternativos.

Ou, de forma mais clara e detalhada:

A Economia estuda a alocação de recursos escassos (dinheiro, capacidade de trabalho, energia, etc.) entre fins alternativos (lazer, segurança, sucesso, etc.) por parte dos proprietários de recursos que buscam obter o máximo benefício por unidade de dispêndio.

O termo-chave desta definição do objeto da Economia é **agente racional**. Ele está no centro da primeira versão da definição acima. Mas ele só não está explicitado na segunda versão porque aí ele é desdobrado e explicado: **é racional o agente que busca obter o máximo benefício por unidade de dispêndio de seus recursos escassos**. Vale dizer: racionalização e maximização de benefício por unidade de dispêndio são sinônimos. **O comportamento do homem racional-maximizador é, em síntese, o objeto econômico.**

Ora, esta é uma caracterização bastante útil do objeto da Economia, e não é gratuito que tenha se universalizado. Contudo, ela tem que ser adequadamente interpretada e relativizada.

Desde logo, ninguém age o tempo todo de forma racional. Inúmeras vezes, agimos por impulso, sem medir as conseqüências de nossos atos. Outras tantas vezes, agimos por mero hábito, por condicionamento social, porque “é assim que sempre se fez”. E, normalmente, mesmo quando procuramos ser racionais, não deixamos de ser influenciados pela cultura e por nossas pulsões (tantas vezes, inconscientes) avessas à racionalização. Vale dizer: não agimos, normalmente, como puros agentes maximizadores. De forma que o “homem econômico racional” tem que ser tomado como uma construção ideal, e não como uma representação realista da ação humana. O que não significa – insistamos – que esta representação seja inútil. Pelo contrário: é ela que dá as bases mais gerais do Método da Economia. Senão vejamos.

Na medida em que é uma Ciência Humana e Social, a Economia não é apenas uma Ciência com um objeto particularmente complexo, multifacetado e dinâmico. É, também, uma Ciência à qual estão fechadas as possibilidades de experimentos laboratoriais. Mesmo quando distintos gestores públicos ou privados replicam políticas econômicas essencialmente iguais, não se pode pretender que se esteja refazendo uma experiência em condições equivalentes. À diferença da replicagem laboratorial – onde todas as condições relevantes são postas sob controle – a replicagem de políticas econômicas se faz em tempos distintos – sob outras condições políticas, tecnológicas, competitivas, de integração internacional, etc. – e/ou em mercados e/ou territórios e/ou nações distintos – com histórias, valores, padrões organizacionais, etc. distintos. De forma que resultados heterogêneos para políticas homogêneas sempre podem ser explicados pelas circunstâncias distintas dentro das quais aquelas políticas foram aplicadas.

Escapar desta limitação estrutural envolve a construção de um referencial analítico estável, que independa de determinações facilmente mutáveis e alheias ao campo da Economia. Uma referência que é conquistada pela construção ideal de **modelos** baseados na hipótese restritiva de que **os agentes econômicos são estritamente racionais-maximizadores**, vale dizer, são **“homens econômico-racionais”**.

Os modelos econômicos são uma espécie de construção ficcional. Só que, ao contrário da ficção literária, os economistas extraem de seus personagens suas características “demasiado humanas”: suas paixões e pulsões irracionais, suas ambivalências e contradições, seus valores e padrões comportamentais condicionados culturalmente e carentes de qualquer universalidade. O que não implica a subtração de toda e qualquer diferença. Ficam as diferenças de propriedade

– os agentes racionais são ricos, pobres, empresários, trabalhadores, banqueiros, rentistas, latifundiários, camponeses, sem-terra, etc. – e de interesses – alguns privilegiam a tranquilidade, outros a acumulação, outros o lazer e o prazer imediato, outros o sucesso público, outros a segurança, etc. E, com estas diferenças de propriedade e de interesses – que, a princípio, devem reproduzir de forma simplificada as diferenças objetivamente observadas em economias concretas –, constroem-se ficções bem comportadas, onde agentes estritamente racionais-maximizadores, partindo dos recursos de que dispõem, interagem com outros agentes igualmente racionais-maximizadores, buscando extrair das circunstâncias dadas o máximo de benefício por unidade de dispêndio.

Estas construções dedutivo-ficcionalis, estes “modelos”, não devem ser, porém, o produto último da Ciência Econômica. Eles apenas nos informam como o mundo **seria se** os homens se comportassem de forma inteiramente racional. Mas, já sabemos, os homens reais não são integralmente racionais. O que nos impede de tomar os modelos como instrumentos de predição e projeção de tendências. Antes de fazê-lo é preciso introduzir nos mesmos aquelas determinações não-especificamente-rationais que foram (por assim dizer) subtraídas no momento de sua construção ideal. Uma operação que se faz através da confrontação dos resultados **preditos pelos modelos** com os resultados **empiricamente observados** em **situações reais similares**. As distorções **sistemáticas** entre os **resultados preditos** e os **resultados empiricamente observados** nos fornecem as pistas para impor ajustamentos e desenvolvimentos ao modelo original em direção a sistemas teóricos mais realistas e de capacidade preditiva superior⁴.

Assim, o Método da Economia pode ser apresentado a partir de seus quatro momentos fundamentais:

1) Observação e sistematização da estrutura fundamental de um dado sistema econômico; 2) Construção dedutiva de um modelo de reprodução econômica com agentes estritamente racionais; 3) Confronto das predições do modelo original com a dinâmica concreta do sistema econômico sob observação; 4) Crítica e desenvolvimento indutivo do modelo original.

Ou, se se preferir uma versão sintética articulada discursivamente, podemos caracterizar o Método da Economia como segue:

⁴ Voltaremos a este ponto (mais complexo e polêmico do que poderia parecer) logo adiante.

Partindo da observação e sistematização do padrão de distribuição de recursos e da hierarquia de fins estratégicos por parte dos agentes econômicos que operam em um dado sistema econômico, os economistas deduzem como aqueles agiriam se fossem ‘homens econômicos racionais’. O resultado é um modelo que referencia e qualifica as observações empíricas das dinâmicas econômicas concretas. O confronto entre os resultados preditos no modelo e os resultados efetivamente realizados permite a correção e desenvolvimento do modelo original em direção a sistemas cada vez mais realistas e de consistência teórico-empírica superior.

1.2 DO CONSENSO À POLÊMICA

O (virtual, mas não absoluto) consenso acerca do Objeto e do Método da Economia é a expressão maior do grau de maturidade desta Ciência Social. E isto em dois sentidos. Em primeiro lugar, no sentido mais elementar de que – malgrado as diferenças de interpretação das definições anteriores, e eventuais críticas à insuficiência das mesmas – ninguém nega que aquelas definições traduzem dimensões essenciais de nosso objeto de pesquisa e de nosso padrão de investigação. Em segundo lugar, porque aquele (insistamos: virtual, mas não absoluto) consenso revela que a Economia já superou a fase mais primitiva das Ciências em *status nascendi*, quando as polêmicas sobre Método e Objeto assumem tamanha proporção e ocupam tanto tempo dos pesquisadores que quase inviabilizam o debate sobre as questões realmente candentes: aquelas que estimularam e determinaram a emergência do novo projeto científico. Em suma: o consenso – que permite que mais de 9 entre 10 textos de Introdução à Economia não polemizem as definições reproduzidas acima – revela que, para os economistas, se aquelas definições não são inquestionáveis, elas são suficientemente boas para permitir que se continue caminhando em direção ao que, de fato, interessa: o estudo da Economia propriamente dita; o estudo dos desenvolvimentos e descobertas feitos pelos grandes teóricos da Economia ao longo dos séculos.

Mas se essa perspectiva algo apressada é adequada para aqueles que buscam na Economia um mero apoio instrumental para a tomada de decisões na alocação de recursos privados, ela não pode satisfazer aqueles que precisam entender os fundamentos das (mais que freqüentes, aparentemente impositivas e insuperáveis!) polêmicas entre economistas. Em particular, essa perspectiva, mais simples e operativa, é insuficiente para a formação de agentes públicos – legisladores, juízes, promotores, técnicos e dirigentes de agências reguladoras e de órgãos de planejamento público, diplomatas, etc.



– que têm, entre outras funções, a responsabilidade de administrar recursos coletivos e criar incentivos (ou circunscrições) para iniciativas e ações privadas consideradas socialmente benéficas (ou deletérias). Uma tal responsabilidade só pode ser exercida de forma consistente se se leva em conta as conseqüências – de curto, médio e longo prazo – das decisões tomadas para o bem estar material da comunidade. O que não pressupõe apenas algum conhecimento da Teoria Econômica já consolidada: pressupõe que se conheçam **os limites do consenso entre os economistas e a confiabilidade que se pode atribuir a qualquer concepção (circunstancialmente) hegemônica**. Vale dizer: pressupõe que se conheçam **os fundamentos das leituras e interpretações alternativas acerca da estrutura e da dinâmica econômica do sistema mercantil-capitalista**.

Felizmente, os limites do consenso (e fundamentos do dissenso) são relativamente simples e já se anunciam nas definições de Objeto e Método apresentadas acima. Mais exatamente, eles se anunciam num certo desequilíbrio (e, no limite, numa certa contradição) entre as duas definições. Afinal, definimos o objeto econômico como a ação racional (ou, o que é o mesmo, a alocação maximizante de recursos escassos entre fins alternativos), e o método da Economia como hipotético-dedutivo em seus fundamentos e empírico-indutivo em seus desdobramentos. Mais exatamente, dissemos que os modelos construídos **dedutivamente** a partir da hipótese de que os agentes seriam rigorosa e exclusivamente racionais-maximizadores deveriam ser criticados e superados **indutivamente**, a partir do confronto e sistematização analítica das discrepâncias entre as predições dos modelos e a dinâmica econômica real.

Mas – podemos perguntar agora – se esta descrição do método é legítima, então porque deveríamos restringir o objeto da Economia à ação racional? A crítica indutiva dos modelos construídos dedutivamente (a partir da hipótese de que os agentes seriam rigorosa e exclusivamente racionais) não pressupõe que a Economia também deve operar com e teorizar as determinações não-especificamente racionais (impulsivas, social e culturalmente determinadas, etc.) do comportamento humano? E – supondo que se responda afirmativamente à questão anterior – como estas determinações devem ser introduzidas? A partir da incorporação de desenvolvimentos teóricos de outras Ciências Sociais – como a Sociologia, a História, a Política, a Antropologia, etc. –, ou através da mera sistematização empírico-estatística das discrepâncias entre o modelado e o observado? E – supondo que se opte pela segunda alternativa acima, pela sistematização empírico-estatística das discrepâncias – como definir o leque de observações comparáveis? Como distinguir as observações “similares” das “exceções” se (como já vimos) em Economia nunca se observa um mesmo fenômeno em condições laboratoriais controladas, mas em momentos (históricos) diferentes e/ou em territórios (com padrões organizacionais, culturais, etc) diferentes?

As respostas distintas que os economistas deram às graves questões levantadas acima vão definir os três paradigmas (ou vertentes, ou escolas, ou tradições) fundamentais nos quais se divide a

Ciência Econômica. Cada um destes três paradigmas se estrutura sobre uma referência filosófico-metodológica específica: o cartesianismo, o kantismo e o hegelianismo. É a partir destas referências filosófico-metodológicas distintas – e seguindo a ordem cronológica de emergências das mesmas, iniciando por Descartes (1596-1650), passando a Kant (1724-1804), e finalizando com Hegel (1770-1831) – que vamos apresentar as três alternativas de resposta às questões expostas no parágrafo anterior.

Vale observar que nossa opção por apresentar os três paradigmas tradicionais da Ciência Econômica na ordem cronológica de suas referências filosófico-metodológicas envolve subverter a forma tradicional em que os mesmos são apresentados: a ordem cronológica da consolidação dos mesmos. Esta subversão não é gratuita. Como procuramos demonstrar em outro trabalho⁵, os três paradigmas são tão antigos quanto a Ciência Econômica, emergindo quase simultaneamente na segunda metade do século XVIII⁶. A partir dos anos 70 do século XIX, contudo, o paradigma cartesiano, vai conquistar uma hegemonia, que – malgrado períodos excepcionais⁷ –, persiste incontestemente até os dias de hoje. Ora, esta **conquista tardia da hegemonia** pelos cartesianos é usualmente confundida, nas versões tradicionais da História do Pensamento Econômico (HPE), com a **emergência tardia** deste paradigma. Subliminarmente, a idéia que se procura passar é que o pensamento econômico evoluiu, desde o simples e ideológico – que caracterizaria o pensamento de economistas de inflexão kantiana (como David Ricardo, 1772-1823), ou hegeliana (como Karl Marx – 1818-1883) –, até o complexo e científico – que caracterizaria o pensamento de economistas de inflexão cartesiana (como León Walras- 1834-1910)⁸.

O que torna este raciocínio mais perigoso é que ele comporta alguma verdade. Não pode restar qualquer dúvida de que a Ciência Econômica evoluiu muito. Sabemos muito mais hoje do que sabíamos nos séculos XVIII e XIX, e qualquer proposta de recuperação dos toscos instrumentais

⁵ Vide Paiva (2007); em especial, as duas primeiras seções do Capítulo V.

⁶ Isto envolve pretender que o kantismo e o hegelianismo tenham emergido na Ciência Econômica antes mesmo de Kant e Hegel produzirem e/ou consolidarem seus sistemas filosóficos. Com o perdão da contradição, é exatamente este o nosso ponto de vista. E isto não só porque para se ser cartesiano, kantiano ou hegeliano não é preciso haver-se lido qualquer um destes autores. Na esteira de Hegel, acreditamos que “a coruja de Minerva só alça voo ao entardecer”. Vale dizer: os sistemas filosóficos **se seguem** aos desenvolvimentos das ciências e da cultura em geral, sistematizando-os *ex post festum* e apenas subsidiária e topicamente influenciando o desenvolvimento destas duas últimas esferas do saber.

⁷ Como o breve período entre as duas Grandes Guerras, em que a crise mundial abalou a confiança em todos os dogmas e ampliou audiência de leituras heterodoxas, como as propostas por Keynes, Kalecki, Harrod, Schumpeter, Sweezy, Steindl, entre tantos outros.

⁸ Esta oposição entre antigos e modernos se consolida pelo uso frouxo e sub-determinado, corrente nos atuais livros-texto de HPE, da categoria “Economia Clássica”. Marx denominava “clássicos” (em contraposição aos “vulgares”) àqueles economistas de inflexão metodológica kantiana ou hegeliana que lhe antecederam e o influenciaram. Hoje em dia, contudo, tornou-se usual caracterizar como “clássicos” a todos os economistas que produziram no intervalo que medeia a crise do Mercantilismo e a consolidação da hegemonia, Say, Ricardo, Senior, Marx ou Stuart Mill, a despeito das profundas diferenças teóricas e metodológicas que caracterizam suas cartesianas na Ciência Econômica. Assim, são incorporados em uma mesma categoria autores como Quesnay, Smith, Bentham, Malthus obras. Com vistas a evitar confusão, não utilizaremos a categoria “clássico” neste capítulo, nem no sentido de Marx, nem no sentido usual nos livros de HPE. O termo “clássico” ou “escola clássica” eventualmente aparecerá nos próximos capítulos nos termos usualmente tratados nos manuais de economia.

analíticos dos primeiros economistas em detrimento dos instrumentais analíticos modernos só pode ser vista como uma manifestação de ignorância e primitivismo intelectual. Contudo – e este é o ponto crucial – este desenvolvimento teórico-analítico não se deu em função da hegemonia cartesiana, mas, num certo sentido, a despeito dela. Para que se entenda esta assertiva, as três próximas seções deste capítulo inicial vão se voltar à apresentação dos alicerces mais gerais sobre os quais se erguem os três grandes paradigmas da Ciência Econômica. Antes, porém, parece-nos necessário prevenir o leitor para as dificuldades do percurso que se inicia. Apresentar os fundamentos das polêmicas que dividem os economistas, contrapondo-os em três grandes grupos, antes mesmo de havermos apresentado o instrumental analítico consensuado entre nós, tem um quê de “carroça na frente dos bois”. Em nossa defesa, só podemos dizer que **não** há uma única porta para o ingresso na Economia, como não há para o ingresso em qualquer ciência. Para o leitor que já teve algum contato com polêmicas de ordem metodológica, a porta que agora abrimos será, muito provavelmente, a que vai lhe permitir seguir o percurso do livro com o máximo de segurança e tranquilidade. Para outros, talvez seja melhor ir direto para o capítulo segundo, e só retornar a esta discussão quando as repetidas referências às nossas polêmicas internas despertarem o desejo de compreender seus fundamentos primeiros. Qualquer que seja a opção, contudo, uma coisa deve ficar clara: as idéias apresentadas aqui buscam preparar o leitor para a longa caminhada que se inicia. Mas elas só poderão ser plenamente assimiladas quando tivermos atingido o ponto de chegada.

1.3 O NEOCLASSICISMO (OU: O CARTESIANISMO EM ECONOMIA)

O cartesianismo é um racionalismo extremado. Para Descartes, não se pode tomar como verdade nada que não seja, rigorosa e indubitavelmente, racional. Mais do que isto: a existência efetiva (por oposição à aparência de existência, ilusória e falsa) é função da racionalidade. **Só o que é racional é real.** A máxima que empresta merecida fama ao grande filósofo francês – **Penso** (raciocino, duvido, critico, analiso), **logo** (por consequência, então, só assim) **existo** (sou efetivo, sou real) – já afirma esta prevalência do racional sobre o real. Mas ela ganha uma dimensão rigorosamente geral na filosofia de Descartes, que se estrutura sobre a fé metafísica no caráter ordenado do mundo. Para Descartes, a desordem, o desequilíbrio, o caos, só podem ser aparentiais. Eles não são atributos das coisas mesmas: são impressões que atribuímos às coisas em função das limitações de nossos sentidos e de nosso intelecto.

Mas se nossos sentidos e intelecto podem nos enganar, se forem bem treinados e regrados, eles também podem nos conduzir à descoberta de relações lógicas e necessárias (vale dizer: verdadeiras) entre as coisas. É o que se demonstra diuturnamente na Ciência mais desenvolvida de todas, a Matemática (para a qual Descartes deu tantas contribuições), e cujo padrão analítico deve servir de

referência metodológica para todas as demais. Em particular, Descartes se propõe a seguir (e defende a validade universal) de quatro preceitos:

“O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las.

O terceiro, o de conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos e supondo mesmo uma ordem entre os que não se procedem naturalmente uns aos outros.

E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir. (Descartes, 1979, pp. 37/8).

Estas regras – assim como toda a metafísica racionalista que as sustentam – são as regras metodológicas adotadas pelo Neoclassicismo. Para um economista neoclássico, a despeito do que possa parecer, o mundo é essencialmente ordenado e racional⁹. A função da Ciência Econômica é desvendar esta ordem, revelar como ela se impõe e se realiza independentemente da vontade e da consciência individual.

Não é gratuito, assim, que a definição da Economia apresentada na abertura deste capítulo tenha sido proposta por economistas neoclássicos¹⁰ e só seja plenamente aceita – vale dizer, sem

⁹ Esta regra geral se impõe com diferenças sutis entre distintas correntes neoclássicas. Para um racionalista radical (os chamados novos-clássicos), o desequilíbrio é uma ilusão. Para os racionalistas menos rigorosos, contudo (como a maioria dos neoclássicos que admitem algum fundamento nos desenvolvimentos teóricos de Keynes), o desequilíbrio pode vigir momentaneamente, espasmodicamente, no curto prazo. No longo prazo, porém, na medida em que todas as forças do mercado se manifestam e se impõem, atinge-se, necessariamente, o equilíbrio. Voltaremos a estes tópicos nos capítulos sobre determinação da renda na seção “Macroeconomia”.

¹⁰ A identificação de Economia com uso parcimonioso, racional e maximizante de recursos, já aparece em Jean-Baptiste Say (1767-1832; 1983, p. 68) e vai dar a tônica das definições desta ciência oriundas daqueles economistas que – de acordo com a expressão em voga no século XIX – eram adeptos da “tradição francesa da Economia Política” (como Bastiat, Cournot, Auguste Walras, León Walras, etc.). A partir do último quartel desse mesmo século, contudo, todo um conjunto de desenvolvimentos e refinamentos analíticos da tradição francesa (vale dizer: da tradição cartesiana) vai contribuir para pôr em xeque a hegemonia das demais tradições (como o ricardianismo, o marxismo, a escola histórica, etc.) nos países de língua inglesa e alemã. Assim, e sob a influência de Menger (1840-1921), Böhm-Bawerk (1851-1914), Jevons (1835-1882) e, em particular, de Alfred Marshall (1842-1924), a antiga tradição francesa vai passar a ser conhecida como Escola Marginalista ou Escola Neoclássica. Não obstante suas raízes antigas e plurais, a definição da Ciência Econômica como a “ciência que estuda a alocação racional de recursos escassos entre fins alternativos” só vai emergir em 1932, em um trabalho de Lionel Robbins (1898-1984). Nos parece digno de nota - na medida em que revela quanto os economistas neoclássicos assumem o menosprezo cartesiano para com a realidade aparente - que o ano em que se consagra a definição da Economia como a ciência da administração racional da escassez de recursos corresponda ao ano em que a taxa de ociosidade (de redundância, de excesso) de recursos humanos e físicos tenha atingido o patamar mais elevado na Grande Depressão dos anos 30.

adendos e relativizações - no interior desta corrente de pensamento. É que a aquela definição restringe o objeto da Economia à ação racional. Se entendemos que parcela expressiva das decisões e ações humanas não são definidas racionalmente, então aquela restrição significaria dizer que a Ciência Econômica ignora todo um conjunto de ações que, presumivelmente, impactam sobre temas indissociáveis da Economia, como nível de emprego, preços dos diversos bens, renda nacional, inflação, taxa de câmbio, taxa de juros, etc. De outro lado, se adotamos a perspectiva cartesiana de que a única realidade é a definida pela razão e a aplicamos de forma conseqüente ao comportamento humano, somos obrigados a admitir que este comportamento é **essencialmente** racional e apenas **aparencialmente** (e/ou circunstancialmente) irracional. Neste caso, a restrição anterior seria irrelevante¹¹.

Na verdade, a única conseqüência mais relevante da aplicação radical do cartesismo ao estudo da Economia é a perda de importância dos dois últimos momentos do Método anunciado anteriormente, referidos ao confronto das predições do modelo com a dinâmica efetiva do sistema econômico e à redefinição daquele primeiro com vistas à conquista de patamares superiores de consistência teórico-empírica. Afinal, a primeira pergunta que um cartesiano faz a qualquer crítica empírica a um modelo racional¹² é: que segurança eu tenho de que esta “ocorrência aparente” é “real”? Ele é racional; vale dizer, é possível identificar as razões que levaram agentes maximizantes a tomarem as decisões que levaram àquele resultado? Em caso positivo – e só neste caso – o fato que contradiz o modelo original pode ser considerado rigorosamente real e deve ser levado em consideração como instrumento de crítica e desenvolvimento do modelo original (que, na verdade, foi mal construído). Mas se o “fato” discrepante e perturbador não tiver explicação racional só existem duas explicações para sua manifestação: ou ele foi mal observado – e não é real em nenhum sentido –, ou corresponde a uma exceção estatisticamente irrelevante – não é normal, sua realidade é fugaz, insubsistente, carente de qualquer significação. Em qualquer destes dois últimos casos, o que se exige do cientista é que ele ignore o (pseudo)fato e retome o modelo inicial, redefinindo as condições de seu teste de forma suficientemente rigorosa para impedir que observações mal feitas voltem a perturbar o progresso científico¹³.

¹¹ Na verdade, nem se trataria de uma restrição efetiva: se for verdade que, dadas as “regras do jogo social”, e excetuadas as patologias e as excepcionalidades estatisticamente irrelevantes, toda a decisão e ação humana é racional-maximizante, vale dizer, se for verdade que todos estão normalmente “tratando de levar vantagem em tudo”, então a Economia se torna a Ciência (da ação) Humana por excelência.

¹² Por “crítica empírica a um modelo racional” queremos significar a sistematização de um conjunto de ocorrências empíricas que - por serem contraditórias com as previsões derivadas da hipótese de que os agentes seriam maximizadores e estritamente racionais - são utilizadas para a crítica negativa e a recusa do referido modelo.

¹³ Vale observar que, por mais estranho que este preceito possa parecer ao não-cientista (e, mesmo, a muitos cientistas, que têm percepções fantasiosas de suas práticas reais), existem fortes e sólidos argumentos em sua defesa. É muito mais difícil fazer observações e levantar informações válidas do que usualmente se pensa. Os cientistas agiriam levemente se abrissem mão de teorias bem estruturadas no plano lógico, e que lhes orientam as práticas de pesquisa, debate e teste, **apenas** porque alguns resultados observados (cuja qualidade é sempre objeto de dúvida) negassem validade ao modelo. Voltaremos a esta questão no Capítulo Segundo.

1.4 O ESTRUTURALISMO (OU O KANTISMO EM ECONOMIA)

Se a definição de Objeto (virtual, mas não absolutamente) consensuada entre os economistas é, de fato e rigorosamente, uma definição cartesiana e neoclássica, a caracterização do Método (virtual, mas não absolutamente) consensuada é uma caracterização essencialmente estruturalista e kantiana. Senão vejamos.

Tal como o cartesianismo e o hegelianismo, o kantismo é uma forma de racionalismo. O que contrapõe o racionalismo kantiano aos demais é que ele diferencia radicalmente a realidade mesma (a coisa em si) das nossas representações da realidade (os fenômenos). Para Kant,

“as coisas que intuímos não são em si mesmas tal qual as intuímos, nem ... as suas relações são em si mesmas constituídas do modo como nos aparecem Todas essas coisas enquanto fenômenos não podem existir em si mesmas, mas somente em nós. O que há com os objetos em si e separados de toda esta receptividade da nossa sensibilidade, permanece-nos inteiramente desconhecido. Não conhecemos senão o nosso modo de percebê-los, o qual nos é peculiar e não tem que concernir necessariamente a todo ente, mas sim a todo homem.”
(Kant, 1980, p. 49)

Vale dizer, para Kant há uma ilusão na associação cartesiana de racionalidade e realidade: a ilusão de que a racionalidade humana é universal (e, em última instância, participe da razão divina). Na esteira de Hume – o mais radical de todos os empiristas anglo-saxões –, Kant vai pretender que não há outro fundamento nesta assertiva cartesiana do que insuficiência crítica e excesso de auto-estima.

Felizmente, porém, a influência britânica sobre Kant não se restringe ao ceticismo de Hume. De Newton vem a convicção de que a ciência é possível, e não se restringe à Matemática, mas se realiza em áreas (como a Física) em que a lógica e o raciocínio dedutivo mostram-se necessários, mas insuficientes. O que vai redundar num projeto original de síntese entre o empirismo e o racionalismo. De um lado, Kant vai concordar com Descartes que o ponto de partida do fazer científico é a construção de modelos consistentes, de modelos racionais. Mas vai abrir mão da prevalência do racional sobre o real. O fazer científico para Kant vai ter por base a observação¹⁴ e a sistematização das observações no interior de um modelo lógico, de um modelo racionalmente consistente. E o resultado desta sistematização são meros modelos, sempre

¹⁴ O que já pressupõe categorias analíticas (igual/diferente, maior/menor, relevante/irrelevante, etc.) indissociáveis da racionalidade e dos interesses do agente observador. Voltaremos a este ponto fundamental logo adiante, ao tratarmos do padrão kantiano de interpretação e realização do primeiro momento do Método da Economia: observação e sistematização da estrutura de um dado sistema econômico.

imperfeitos, sempre insuficientes, independentemente de sua consistência interna. Pior: é bastante possível que a máxima consistência interna não seja outra coisa do que a expressão da máxima racionalização perversora da verdadeira e legítima complexidade de um real incompreensível e inapropriável por nós.

Como escapar deste imbróglio em que a ordem e a racionalização são, ao mesmo tempo, a condição da ciência e a possibilidade de ilusão? O caminho proposto por Kant será o da “Crítica da Razão”, através da qual este autor vai buscar determinar, tanto os **limites estruturais e intransponíveis**, quanto as **potencialidades dinâmicas e criadoras** deste instrumento humano de apropriação do mundo. Seus resultados serão tão ricos e complexos quanto inconclusivos. O que dará vazão a um amplo e díspare conjunto de seguidores e intérpretes, que buscarão contribuir para o desenvolvimento de suas reflexões originais nas mais distintas direções, a depender do privilegiamento que dão à dimensão **negativa** (como Schopenhauer, 1788-1860; Nietzsche, 1844-1900; e Deleuze, 1925-1995) ou da dimensão **positiva** (como Hegel; Marx; e Peirce, 1839-1914) da crítica kantiana da razão.

Esta diversidade – e, no limite, oposição – entre linhas e tendências é inerente ao kantismo, e se manifesta em todas as áreas do conhecimento onde esta vertente filosófica tem expressão; inclusive na Economia. O que acaba determinando que, ao contrário dos “bem comportados” cartesianos que constituíram uma escola sólida, os kantianos se encontram em permanente conflito e disputa.

Não obstante, é possível identificar um conjunto de autores que galvanizam a posição kantiana em Economia e que adotam padrões metodológicos marcadamente uniformes¹⁵. De Quesnay (1694-1774) e Malthus (1766-1834) a Sraffa (1898-1983) e Leontief (1906-1999) uma longa e expressiva lista de autores poderia ser apresentada. Mas três personagens lideram, indubitavelmente, o campo kantiano em Economia, tendo sido responsáveis pela sistematização da metodologia estruturalista em nossa Ciência. São eles David Ricardo, Max Weber (1864-1920) e John Maynard Keynes (1883 – 1946)¹⁶.

¹⁵ Quer nos parecer que esta uniformidade se deva ao fato de que, por não serem eles mesmos filósofos (ou, pelo menos, por não haverem desenvolvido contribuições originais neste campo), eles não vão sequer tentar superar a ambivalência e equidistância kantiana *vis-à-vis* às dimensões positiva e negativa da crítica da razão. Vale lembrar, mais uma vez, que somos signatários do ponto de vista de que os grandes sistemas filosóficos (e, de forma particular, os problemas que eles buscam enfrentar) não são produto de uma única inteligência, mas são postos por uma época. Kant foi apenas o homem que deu expressão superior a um conjunto de questões e à uma certa solução para as mesmas que já se encontrava latente na reflexão dos maiores pensadores de sua época e de grande parte daqueles que lhe sucederam.

¹⁶ Não gratuitamente, estes três autores são as principais referências teóricas da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – órgão da ONU que vai organizar e sistematizar a Escola Estruturalista no nosso sub-continente. Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e José Serra são alguns dos mais conhecidos economistas brasileiros filhados a esta escola do pensamento. Vale observar ainda que **em nenhuma outra região do mundo (e em nenhuma outra literatura econômica) a expressão Escola Estruturalista é tão utilizada para caracterizar a tradição kantiana em Economia quanto na América Latina**. Na Europa e nos Estados Unidos, as polêmicas internas que caracterizam a tradição kantiana (e a hegemonia neoclássica, que se beneficia da exposição dessas polêmicas) estimula os historiadores e teóricos do pensamento econômico a diferenciarem ricardianos, de weberianos, de keynesianos, etc.



O que caracteriza e aproxima as obras destes autores é, antes de mais nada, o padrão de construção do “modelo” original (aquele que deve ser objeto de crítica e re-determinação empírica). Ao contrário dos cartesianos, que constroem seus modelos utilizando-se quase que exclusivamente da dedução¹⁷, os kantianos entendem que é preciso partir da realidade empírica observada. Em particular, no caso das ciências sociais, onde a realidade é mutável: uma das principais derivações positivas da crítica kantiana da razão foi a demonstração de que ela não é apenas produtiva, mas desigualadora: a razão produz regras éticas e comportamentais que se impõem de forma diferenciada entre distintos grupos sociais, períodos históricos e territórios. Para os economistas, isto equivale a reconhecer que não é de grande utilidade partir de uma abstração como “o consumidor médio”, e que deveríamos partir de agentes mais determinados, como “o empresário industrial”, o “trabalhador”, o “camponês”, ou, até mesmo, “o operário inglês da primeira metade do século XIX”, “o banqueiro e financista norte-americano da segunda metade do mesmo século”, etc.

Mas o fato de que devamos partir da “realidade” não significa que possamos fazê-lo. Basta ler o rol de agentes econômicos listados acima para que fique claro que a realidade só se apresenta para nós como uma construção mental. Como escapar deste imbróglio kantiano? Limitando os objetos-agentes a serem observados ao mínimo essencial e colocando o resultado deste processo de observação-construção imediatamente em teste. Que tipo de teste? O teste proposto no método da Economia apresentado na primeira seção deste capítulo: dados os fins e racionalidades¹⁸ observados-imputados aos agentes econômicos relevantes, constrói-se um modelo proto-ficcional em que estes últimos são postos em interação. Os desdobramentos lógico-teóricos extraídos deste modelo são confrontados com a dinâmica concreta do sistema que se busca representar. As discrepâncias entre o projetado e o efetivo devem servir para o refinamento e complexificação do modelo.

Por fim, uma questão se impõe: se o método da Economia apresentado anteriormente é, de fato, o método adotado pelos signatários da tradição kantiana, qual o sentido da caracterização desta escola como “estruturalista”? O sentido se encontra nas peculiaridades da modelística da tradição kantiana. Uma “estrutura” é algo que **não** se define pelas suas partes, mas pelas relações que as

¹⁷ Afinal, o sistema cartesiano simplifica ao máximo o primeiro momento do método da Economia, referido à observação da realidade. Como todos os sistemas econômicos concretos são, por hipótese, expressão de um único sistema verdadeiro estritamente racional, e como é sempre possível dividir qualquer problema em tantas partes quantas forem necessárias para se definir uma questão passível de tratamento exaustivo e solução inquestionável não se faz necessária qualquer observação detalhada. Basta partir daquela parte mais simples e universal de qualquer sistema econômico - como, por exemplo, demandantes e ofertantes de um bem qualquer - e modelar a interação de agentes pressupondo-os plenamente racionais.

¹⁸ Racionalidades (no plural!) não mais necessariamente idênticas, uma vez que as inserções sociais dos distintos grupos de agentes, em distintos territórios e momentos históricos, circunscrevem e determinam o alcance daquelas. Para uma definição de racionalidade circunscrita e sua contraposição à racionalidade substantiva dos cartesianos, veja-se Simon, 1980. O reconhecimento de que, dadas a multiplicidade de objetivos (por vezes contraditórios) e as limitações e assimetrias de informação dos agentes, não existe um único padrão de racionalidade (a maximizante), mas múltiplos padrões, está no centro da tolerância (mais do que apoio) estruturalista para com a definição neoclássica de objeto da Economia enquanto “ciência do comportamento racional”.

partes estabelecem entre si, definindo um todo que é maior do que a mera soma dos componentes (como o diamante *vis-à-vis* os átomos de carbono).

Ora, num certo sentido, todo o modelo econômico é uma estrutura, pois revela como a interação de agentes individuais racionais e essencialmente egoístas conduz a resultados que, de uma forma ou de outra, transcendem seus objetivos conscientes. Não obstante, assim como podemos identificar diferentes estruturas de átomos de carbono – p. ex.: o carvão, o grafite e o diamante – e reconhecer que a discrepância entre o todo e as partes é maximizada nesta última forma, também podemos hierarquizar os distintos modelos teóricos em Economia em função do “grau de discrepância” entre as partes e o todo. Neste caso, quanto mais simples e em menor número fossem as partes componentes do modelo, e quanto mais complexos e surpreendentes fossem os seus desdobramentos sistêmicos, tão mais estruturalistas eles seriam. É neste sentido que os modelos produzidos pelos economistas kantianos são “estruturalistas”. Ao admitirem que a realidade é cambiante e que a modelagem nunca corresponde à realidade, os kantianos se tornam extremamente parcimoniosos na introdução de variáveis. Qualquer complexificação inessencial envolve uma perda de pureza, clareza, e testabilidade. E só é essencial aquilo que, por estar em relação com as demais partes do modelo, afeta as demais partes e (re)determina os resultados de sua presença; vale dizer, para os kantianos, só é essencial e modelável o que é estruturante.

Mas que se entenda bem: o “essencialismo parcimonioso” dos modelos estruturalistas não pode ser confundido com simplismo ou auto-circunscrição referencial. O reconhecimento de que a razão é (para além de limitada) plástica e mutável e que, por conseqüência, os sistemas sociais e econômicos são múltiplos e diferenciados, implica o reconhecimento de que a modelagem da “estrutura essencial” de cada sistema pressupõe uma pesquisa ampla e multi-referenciada de suas manifestações produtivas, culturais, políticas, etc. Por isto mesmo, usualmente, os economistas estruturalistas transitam com muito mais desenvoltura entre as demais Ciências Sociais e as chamadas “humanidades” que os cartesianos, enquanto estes últimos tendem a privilegiar e a apresentar um domínio muito superior de técnicas e instrumentos de modelagem lógica, matemática e estatística.

1.5. O INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO (OU: O HEGELIANISMO EM ECONOMIA)

Se já é estranha a pretensão de que, mesmo sem o saber, a maior parte dos economistas é cartesiana, e uma minoria expressiva é kantiana, ainda mais estranha deve ser a pretensão de que parcela não desprezível seja hegeliana. Afinal, enquanto Descartes e Kant são filósofos conhecidos e respeitados, Hegel não é apenas pouco conhecido: até mesmo pensadores renomados – como Bertrand Russel, 1872-1970 (Russel, 1982, p. 274 e segs.) – classificam as teses desse autor como incompreensíveis ou absurdas.



Como já o disse Peirce (do nosso ponto de vista, o maior hegeliano anglo-saxão), o principal responsável por este quadro de incompreensão é o próprio Hegel, que optou por uma terminologia e um padrão expositivo esotéricos, que dificultam a compreensão de um sistema teórico já complexo por si mesmo. Não obstante, as teses centrais de Hegel são muito menos esotéricas do que usualmente se pensa. Senão vejamos.

A primeira determinação da filosofia Hegel é o realismo. Por oposição a Kant (e, neste particular, em sintonia com Descartes), Hegel vai recusar a caracterização da realidade como “coisa em si” inacessível à razão humana. Pelo contrário: como bom realista, Hegel

“... não pensa na mente como um receptáculo, no qual, se a coisa está dentro, deixa de estar fora. Operar uma distinção entre a verdadeira concepção de uma coisa e a própria coisa é ... considerar apenas uma e mesma coisa sob dois aspectos diferente; pois o objeto imediato do pensamento num juízo verdadeiro *é* a realidade.” (Peirce, p. 323)¹⁹

Mas o realismo de Hegel dista muito do realismo cartesiano. Enquanto para Descartes a construção racional *é* o real – e para Kant a construção racional *é* uma construção humana e o real *é* incognoscível –, para Hegel, nem o racional, nem o real *são*. Longe de serem dados imutáveis, o real e o racional estão num processo permanente e imbricado de construção e desenvolvimento. Vale dizer: Hegel vai radicalizar a percepção kantiana de que a razão é criativa e plástica e assumir que ela é passível de **desenvolvimento**. Mais: para Hegel, ela se desenvolve a partir das tensões postas por uma realidade “externa” que, a despeito de ainda não haver sido plenamente compreendida e dominada, já se diz presente, já incomoda.

Daqui se extrai todo um conjunto de derivações metodológicas. Em primeiro lugar, extrai-se uma certa “curiosidade desrespeitosa” com os antagonismos teóricos, os quais se busca superar a partir da síntese das posições conflitantes. Exemplo: Descartes e Kant parecem (e num certo sentido, são) antípodas. Mas por trás da oposição “o racional é real / o racional é ilusório” encontra-se a unidade “o racional *é*”. Para Hegel, superar esta unidade é superar os limites dos dois maiores sistemas filosóficos modernos e reconhecer que

“o verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que atinge a completude por meio do seu desenvolvimento. Deve-se dizer do Absoluto que ele é essencialmente **resultado** e que é o que na verdade é, apenas no fim.” (Hegel, 1980, p.13)

¹⁹ No mesmo sentido, Peirce vai argumentar em outra passagem particularmente esclarecedora: “Ficamos surpresos com a inexactidão de pensamento mesmo de analistas poderosos quando se voltam para os modos de ser. Deparamo-nos, por exemplo, com a presunção virtual de que aquilo que é relativo ao pensamento não pode ser real. Mas por que não, exatamente? *Vermelho* é relativo à visão, mas o fato de isto ou aquilo estar nessa relação com a visão que chamamos de vermelho não é, *em si mesmo*, relativo à visão: é um fato real.” (Peirce, p. 295).



Além disso, a tese de que os contrários solicitam sínteses superiores tem um desdobramento revolucionário para a prática científica: alimenta a concepção de que não só se pode, como se deve **hierarquizar** as concepções teóricas e as estruturas sociais, diferenciando-as em termos de seu **grau de desenvolvimento**. O que significa dizer que todo o hegeliano é “politicamente incorreto” e desrespeita os limites consagrados (na teoria, muito mais do que na prática) por cartesianos e kantianos entre discursos **positivos** dos **normativos**²⁰. Afinal, se há desenvolvimento, há hierarquia, há um melhor. E a ciência, na medida em que se consolida e conquista efetivo domínio sobre os processos de desenvolvimento racional, não pode ficar presa a “regras de silêncio”, que a excluam arbitrariamente das discussões sobre o que “deve ser”. Adotar tais regras **por princípio** equivaleria a pretender que, por princípio, a ciência não pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade, devendo se restringir, ou à colaboração com o *status quo ante*, ou à observação da instabilidade social que caracteriza os períodos em que o mais desenvolvido já se anuncia, mas ainda não tem forças para se impor.

A questão que fica por responder então é: quem define, como define, e quando define o que é o “mais desenvolvido”? Para Hegel, não cabe dúvida sobre este ponto: quem decide é a coletividade pensante; são todos e qualquer um que se dedicar à reflexão filosófico-científica. E isto na medida em que, para esse autor, a verdade é o resultado a que chega todo e qualquer indivíduo que queira, possa e realize o exercício pleno de seu direito à dúvida e à replicação das experiências lógicas que conduziram os cientistas às suas conclusões originais. Contudo, há que se diferenciar os distintos graus e momentos da construção e conquista da verdade. Para um astrônomo as assertivas “ $2+2=4$ ” e “a Terra gira em torno do Sol” são igualmente evidentes. Mas estas duas assertivas não são igualmente evidentes para uma criança de 7 anos ou para um guerreiro Massai. Da mesma forma como não são igualmente evidentes para o leigo em Economia as assertivas “o primeiro litro d’água é mais valioso para quem está morrendo de sede do que o segundo” e “o mercado e o sistema de preços são padrões complexos e relativamente recentes de alocação do trabalho e de distribuição dos seus produtos”. O que não significa que a segunda assertiva seja, de fato, menos lógica e verdadeira que a primeira²¹.

²⁰ A cisão radical entre **discurso positivo** – aquele que versa sobre “o que é” – e **discurso normativo** – aquele que versa sobre “o que deve ser” –, bem como a circunscrição do discurso científico ao plano do positivo e do discurso normativo ao plano ideológico-utópico, é comum a cartesianos e kantianos. Esta cisão já se afirma na dúvida metódica de Descartes, se consolida no empirismo de Hume, e atinge expressão máxima na permanente (e quase intolerante) auto-crítica da razão kantiana. Mas apesar do avanço que esta cisão representa para a conquista da plena liberdade do exercício científico, ela “não deve ser” – e, de fato, nunca “é” – absolutizada. A mera identificação entre real e racional por parte dos cartesianos já implica um elogio algo conservador da ordem estabelecida. De outro lado, não se pode ser rigorosamente kantiano sem admitir uma proximidade estrutural entre “o que é”, “o que se vê” e “o que se quer ver”. Vale dizer: em mais uma manifestação da identidade contraditória destas duas filosofias, cartesianos e kantianos não se cansam de elogiar a cisão entre positivo e normativo, e não se cansam de transpor os limites que eles mesmos ergueram com pretenso rigor e clareza.

²¹ Nos termos de Hegel: “Vemos assim, com respeito a conhecimentos que em tempos passados ocupavam o espírito amadurecido dos homens, que desceram ao nível de conhecimentos, exercícios ou mesmo jogos da idade juvenil, e assim se reconhecerá no progresso pedagógico, esboçada como numa silhueta, a história da cultura mundial.” (Hegel, 1980, p. 18).



A questão é que não estão dadas as condições para que todos exercitem simultaneamente seus direitos à experiência científica. E, por isto mesmo, a responsabilidade de cada filósofo e de cada cientista é a de transcender o senso comum, interpretando o mundo em que vive, apontando alternativas de superação de suas contradições, de enfrentamento de seus problemas e de desenvolvimento racional. E deve fazê-lo apresentando claramente suas hipóteses, e correndo os riscos de vê-las negadas pelos fatos e pela lógica superior de antagonistas.

É a consciência desta responsabilidade que autoriza Hegel a, por exemplo, saudar um invasor estrangeiro (Napoleão, cuja ocupação da cidade alemã de Iena foi observada pelo filósofo em 1806) como a “razão que anda a cavalo”. A mesma consciência de responsabilidade para com a sociedade que autoriza Smith a defender (simultânea e dialeticamente) o livre comércio e as políticas públicas de apoio às indústrias de interesse nacional; que autoriza Marx a conclamar os operários do mundo à união; e que autoriza Schumpeter a criticar as políticas de controle da concorrência e a defender as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento científico-tecnológico e à inovação empresarial. Do ponto de vista destes autores, a expressão transparente das derivações normativas de suas leituras sobre a sociedade e a economia não os afasta da ciência, nem os torna autocratas: seria preciso adotar uma perspectiva ultra idealista e romântica para imputar a intelectuais – que não passam de indivíduos que realizam um trabalho especializado –, a responsabilidade sobre os rumos da História.

E aqui, talvez, a diferença crucial entre hegelianos, kantianos e cartesianos. Para os últimos, o desenvolvimento histórico, ou é uma ilusão (pois todas as sociedades são essencialmente iguais), ou se encerra com a afirmação do **espírito científico** na modernidade e o abandono das utopias teológicas e metafísicas²². Da mesma forma, para os kantianos, ou o desenvolvimento histórico não existe (só existem estruturas sociais alternativas, que não podem ser hierarquizadas), ou ele traduz o desenvolvimento **moral e intelectual** dos indivíduos e da coletividade. Em suma: ou não há História, ou ela é um processo ético-intelectual.

Para Hegel, a História existe e acompanha o desenvolvimento da razão. Mas a razão não é a fonte supra-histórica da História. Ela só se desenvolve na medida em que, respondendo a estímulos e demandas objetivamente postos, cria novos estímulos e demandas sobre si mesma.

Marx traduziu esta leitura numa expressão: o homem é um *toolmaking animal* (Marx, 1980a, p. 204). Ele cria seus instrumentos (de caça, de produção, de abrigo, etc.) com vistas a ampliar seu domínio sobre a natureza e, conseqüentemente, seu bem-estar. Mas, na medida em que estes instrumentos vão sendo utilizados, reproduzidos e acumulados, eles põem novos problemas,

²² Esta é a perspectiva de Auguste Comte (1798-1857), pai do projeto cartesiano da Sociologia e do programa filosófico positivista. Sua influência sobre os líderes da revolução republicana no Brasil (e, de forma particular e perene, sobre os ideólogos das Forças Armadas) se faz notar ainda hoje pela presença do lema positivista – Ordem e Progresso – na bandeira nacional. Vale observar que o evolucionismo mecanicista e autoritário de Comte é, muitas vezes, confundido com o evolucionismo dialético de Hegel e Marx por críticos pouco rigorosos (quando não, por pretensos seguidores) destes últimos.

associados à diferenciação social, à constituição e regulação da propriedade sobre os mesmos, etc.. Estas novas questões solicitam a produção de instrumentos especificamente sociais, como regras, instituições, valores, etc. Estes, por sua vez, rebatem mais uma vez sobre as condições de vida; que redefinem as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas. E assim por diante.

A centralidade ocupada pela questão do desenvolvimento das forças produtivas na tradição teórica hegeliana não pode, pois, ser subestimada. Não gratuitamente, os três maiores economistas desta escola – Smith, Marx e Schumpeter – são teóricos das condições de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Mas é preciso não confundir o núcleo que organiza o tratamento que estes autores dão ao seu objeto com o próprio objeto. O que interessa a Smith, Marx e Schumpeter (bem como a seus seguidores, intérpretes e críticos hegelianos) **não** é o “progresso técnico”²³, mas as determinações sociais, institucionais e culturais do desenvolvimento das forças produtivas, bem como suas consequências previsíveis nos planos da dinâmica econômica, da distribuição da renda e da propriedade, da consciência e da organização social, etc. Em última instância, **o objeto da Economia para esses autores é a dinâmica de longo prazo dos sistemas econômicos concretos: suas determinações institucionais, sua evolução observada e projetada e seus desafios prováveis.**

A ambição totalizante de um tal objeto, surpreende, incomoda e é, usualmente, criticada pelos (sem dúvida, mais parcimoniosos) economistas cartesianos e kantianos. Mas o hegelianismo fornece o recurso que permite o enfrentamento do desafio que ele mesmo se impõe: a apropriação “crítica-superativa-desrespeitosa” de construções que, originalmente, não pertencem ao campo do institucionalismo histórico. Vale dizer: de uma perspectiva hegeliana (ou institucionalista-histórica), as construções cartesianas (ou neoclássicas) e as construções kantianas (ou estruturalistas) não são construções equivocadas, que devem ser enfrentadas e negadas. Elas são apenas insuficientes, limitadas. Mas, nem por isto, deixam de ser fontes de hipóteses, informações, *insights*, instrumentos analíticos e, *last, but not least*, de “teses” e “antíteses” que solicitam sínteses teóricas. A importância deste ponto (raramente compreendido, mesmo por economistas que se querem “dialéticos”) é suficientemente grande para merecer um tratamento específico, objeto do Anexo ao Capítulo Primeiro.

Mas antes de passarmos às considerações finais, cabe uma última observação sobre a tradição “institucionalista histórica” no pensamento econômico. A grandiosidade do objeto, o direito auto-outorgado ao estabelecimento das mais diversas apropriações e sínteses de modelos teóricos antagonísticos, o compromisso assumido com a identificação das tendências do sistema, a tolerância

²³ Até porque, como bem o sabe qualquer leitor de Smith e/ou Marx e/ou Schumpeter, o desenvolvimento das forças produtivas – identificada, aqui, à ampliação da produtividade do trabalho – é irreduzível ao “progresso técnico”. Alterações extremamente simples (e, via de regra, amplamente conhecidas) nos padrões de divisão do trabalho e organização da produção, nos padrões de concorrência e/ou de crédito e financiamento aos empreendimentos, nos padrões de organização comercial e distributiva, podem ser tão ou mais alavancadores da produtividade sistêmica que o (usualmente arriscado, complexo e custoso) “progresso técnico”. E os principais determinantes do cerceamento da adoção de padrões superiores de produtividade são as estruturas culturais, os padrões de organização de mercado, as políticas públicas inadequadas; em suma: as instituições.



para com toda a ordem de discursos normativos, tudo leva a que os hegelianos sejam – e, acima de tudo, pareçam – um grupo ainda mais heterogêneo que os kantianos. Esta heterogeneidade não impede que os maiores pensadores desta tradição percebam a unidade que lhe subjaz: Marx se orgulhava de ser discípulo de Smith, assim como Schumpeter, da grande influência de Marx. Mas a compreensão que os líderes têm de suas obras raramente é compartilhada por seus seguidores mais dogmáticos. Em frontal oposição ao método hegeliano, os discípulos dogmáticos se aprisionam às categorias e modelos analíticos deste ou daquele pensador, fechando-se às apropriações plurais, às superações dialéticas de teses “contrário-idênticas”, às sínteses teóricas. E, com a dogmatização e engessamento das construções dos mestres, perde-se completamente a capacidade de perceber a identidade metodológica que subjaz às conclusões plurais (quando não antagônicas) de pensadores da estatura de Smith, Marx e Schumpeter.

O que, de fato, surpreende é que o comportamento de discípulos deste calibre não leve à asfixia do institucionalismo histórico. Mas se não o faz é porque este paradigma se desenvolva por uma espécie de “revolução permanente”: cada nova contribuição ao institucionalismo histórico tende a ser lida como a emergência de uma nova escola, como uma ruptura radical com o passado, como uma revolução. O que, sem ser totalmente falso, não chega a ser sequer uma meia verdade. Mas que aparece como uma verdade inteira quando a metafísica dominante (abraçada inconscientemente até por aqueles que pretendem já a haver superado) ainda é a cartesiana.

O desdobramento objetivo deste quadro é que não há qualquer nomenclatura consensuada para os hegelianos em Economia. Mais: pouquíssimos economistas se identificariam como um “institucionalista histórico”. Muitos, sem dúvida, se identificariam como institucionalistas; outros, como marxistas; outros, ainda, como evolucionistas; outros, como (neo)schumpeterianos; alguns, como materialistas históricos; outros, apenas como historiadores econômicos; um número menor, como dialéticos ou hegelianos, etc. Mas o próprio fato destes termos consagrados identificarem grupos de economistas, que, usualmente, pactuam de hipóteses e instrumentos analíticos e adotam padrões de pesquisa **uniformes, consolidados e estáveis**, nos impede de tomá-los aqui para referenciar e agrupar aquelas construções teóricas e aqueles autores que têm em comum “apenas” o fato de terem por objeto a interpretação científica e racional do desenvolvimento histórico e de adotarem por método a superação permanente dos falsos antagonismos teóricos e das falsas linhas divisórias nas Ciências Sociais, que pretendem separar o estudo das “instituições” do estudo dos “mercados” (como se estes mesmos não fossem uma instituição histórica!).

Em respeito ao este objeto e método é que optamos por denominá-los institucionalistas históricos. De quebra, homenageamos aquele que é, do nosso ponto de vista, o maior de todos os institucionalistas históricos vivos: Douglass North. Apesar de, decepcionado com a União Soviética, haver renegado o marxismo, nunca abandonou o objeto dos hegelianos. A partir de um conjunto de

contribuições valiosas e originais para a teoria pura do desenvolvimento econômico (marcadas pelo resgate de contribuições teóricas de Smith; North, 1955 e 1959), esse autor se voltou à análise de processos históricos concretos de desenvolvimento (North, 1961 e 1981), que confirmaram a centralidade das instituições na determinação da trajetória econômica. Tratou, então, desenvolver uma teoria econômica das instituições (North, 1991), que acabou por se desdobrar em uma nova Teoria da História (North, 2005). Por esta notável produção, que o transformou na principal referência mundial contemporânea do institucionalismo e da história econômica, North ganhou o prêmio Nobel de 1993. Não houvesse inúmeras outras razões para fazê-lo, a atualidade e relevância da obra deste grande hegeliano já nos autorizaria a denominar “institucionalistas históricos” ao paradigma inaugurado por Adam Smith.

1.6 CONCLUSÃO: EXISTE UMA CIÊNCIA ECONÔMICA?

Os textos introdutórios à Economia não costumam dar tratamento mais acurado às questões de método e aos fundamentos dos distintos paradigmas que concorrem pela hegemonia desta área do saber. Alternativamente, é usual encontrar-se, nos capítulos de abertura dos livros-texto de Introdução à Economia, sínteses mais ou menos breves e apertadas da História do Pensamento Econômico (HPE). Do nosso ponto de vista, o caminho tradicional obscurece mais que esclarece. E isto não porque a HPE seja menos relevante ou complexa do que as questões de método. É quase o oposto: a relevância e a complexidade da HPE é tamanha, que não consideramos possível tratar do tema com a seriedade necessária em um capítulo introdutório. Expliquemo-nos.

Para os economistas que produzem dentro da perspectiva hegeliana – como Marx e Schumpeter, autores dos dois mais importantes trabalhos de HPE de todos os tempos²⁴ –, essa disciplina não pode ser pensada como uma “digressão ilustrativa”: ela é parte fundamental do método de pesquisa. A HPE fornece – através da adequada referência da produção de cada economista ao seu tempo, ao seu método e às questões objetivas que buscava responder – a base para o desvendamento da racionalidade (da razão de ser, da lógica interna, e da verdade parcial) de cada construção. E isto não se faz em algumas poucas páginas²⁵.

²⁴ Pensamos aqui, no Livro IV de **O Capital**, intitulado **Teorias da Mais-Valia** (Marx, 1980b), e na magistral **História da Análise Econômica** (Schumpeter, 1964). Não gratuitamente, estes dois trabalhos, que demandavam enorme dedicação e esforço de leitura e síntese por parte de seus autores, foram publicados inconclusos, após o falecimento dos mesmos.

²⁵ Tanto a **Teorias da Mais-Valia**, quanto a **História da Análise Econômica**, contam com várias centenas de páginas e, usualmente, suas edições são feitas em vários volumes. Evidentemente, existem versões mais sucintas da HPE que não deixam de ser valiosas. De uma perspectiva explicitamente hegeliana, recomendamos nosso trabalho de doutorado, já citado (Paiva, 2007). De uma perspectiva estruturalista, há dois excelentes trabalhos disponíveis em português: **A História do Pensamento Econômico**, de Heilbroner (1996); e a primeira parte (intitulada “Livro I”) da **Introdução à Economia**, de Robinson e Eatwell (1978).



Ao invés de dar um tratamento necessariamente superficial e insuficiente para um tema demasiado importante e complexo, preferimos contribuir no sentido de instrumentalizar o leitor para um melhor aproveitamento da literatura já disponível sobre HPE: fornecendo-lhe as referências que o capacitam a interpretar e a classificar a obra de cada autor para além do critério estritamente cronológico.

Ao lado disso, procuramos oferecer um instrumental para o enfrentamento daquela que nos parece ser a mais importante e a mais difícil das questões que se colocam para qualquer leitor que toma contato com a Economia: esta área do saber já atingiu o estatuto de “ciência”? E, em caso afirmativo, porque ela é marcada por tantas polêmicas?

A resposta que propomos aqui é: **sim, a Economia é uma ciência**. E, como toda a ciência, tem uma fronteira (que não é uma linha, mas a um largo território) que separa a área dos conhecimentos consolidados e consensuados, da área onde se colocam questões para as quais só podemos ter hipóteses e conjecturas.

O que particulariza a Economia das demais ciências consolidadas (como a Física, a Biologia, a Linguística, etc.) é que, de um lado, a sociedade demanda que os economistas se posicionem cotidianamente sobre temas que estão “para além da fronteira” e, de outro lado, os economistas tendem a aceitar estas demandas, ofertando respostas hipotéticas e controversas que, usualmente, são apresentadas como se fossem conclusões científicas rigorosas e inquestionáveis. Por que isto ocorre?

As demandas sociais têm origem na necessidade dos governos em ter alguma referência para a definição de suas políticas econômicas e na necessidade das diversas organizações da sociedade civil em referenciar seu apoio ou resistência àquelas políticas. Estas são demandas objetivas e impositivas. Não há como fugir da questão: o que acontecerá com a economia do país a médio e a longo prazo se optarmos por esta política econômica ao invés daquela? E ninguém melhor para “palpitar” sobre o assunto que um economista. Mas qualquer projeção no mundo anárquico e dinâmico em que vivemos será, necessariamente, uma hipótese.

O que fica por entender, então, é: por que, tantas vezes, os economistas esgrimem suas hipóteses sobre o futuro como se fossem conclusões inquestionáveis? A resposta para esta questão não é simples, nem única. Mas ela necessariamente começa pelo reconhecimento da potência das referências filosóficas dos três paradigmas na alavancagem da convicção dos economistas acerca da consistência de suas hipóteses. Esta convicção se manifesta de forma diversa no interior de cada uma das três grandes escolas do pensamento econômico. Mas, de uma forma ou outra, ela tende a se impor.

O que orienta a pesquisa dos cartesianos é a convicção de que o mundo é essencialmente ordenado, estável e simples²⁶. Para além das aparências (de mudança, de

²⁶ Por “essencialmente simples” queremos significar passíveis de análise (passíveis de segmentação em partes simples sem perda de qualquer conteúdo essencial), essencialmente **não** holísticos, estruturados ou complexos. Neste caso, o resgate da totalidade se daria pela reagregação das partes previamente analisadas.

crise, de irracionalidade, de alternativas abertas), o que existe é o homem econômico racional, egoísta e hedonista, buscando a maximização de seu prazer, com um mínimo de dispêndio de recursos. Sabendo que todos agem de acordo com o mesmo padrão essencial todo o tempo, bastam as informações sobre disponibilidade/distribuição dos recursos, para se projetar as conseqüências desta ou daquela política econômica, desta ou daquela “alteração das regras do jogo”. Mais: de ante-mão é possível dizer que políticas voltadas à subversão das regras “naturais” do jogo econômico estão fadadas ao fracasso e envolvem um dispêndio não racional de recursos escassos.

Por oposição, os economistas kantianos partem do princípio de que, para além das determinações estáveis e recorrentes, existem particularidades institucionais e culturais, que afetam os resultados de qualquer política econômica. Mais: como os agentes são essencialmente plásticos (seus fins e padrões de racionalidade não são, nem únicos, nem estáveis), alguns sistemas são particularmente propensos a apresentar instabilidade dinâmica. De forma que os estruturalistas vão tender a se contrapor aos cartesianos em duas frentes: 1) vão defender a necessidade de políticas regulatórias públicas que limitem (à la Keynes) a instabilidade estrutural dos sistemas econômicos e/ou (à la Ricardo) a manifestação de tendências dinâmicas perversas de longo prazo nos mesmos; 2) vão insistir nos limites estruturais de qualquer projeção sobre o futuro, pois não existe, nem ordem natural, nem tendências inexoráveis nos sistemas econômicos.

Por fim, os economistas hegelianos partem da hipótese de que as mudanças históricas são racionais; vale dizer, respondem a determinações objetivas, e, como tal, são passíveis de compreensão científica. Como regra geral, as mudanças devem ser a resposta socialmente viável a demandas e pressões contraditórias, que impedem a sustentação do *status quo ante*. De forma que, **só com a adequada compreensão dos conflitos de interesses internos a um dado sistema** (envolvendo o padrão de estratificação social e seu grau de assimilação e aceitação na coletividade atual e potencial²⁷) **e da sua institucionalidade histórica específica** (envolvendo o conjunto das regras, instituições e padrões competitivos que sancionam e/ou limitam a transformação das forças produtivas materiais e da apropriação-distribuição-circulação do produto) **é que se pode circunscrever as trajetórias de desenvolvimento efetivamente abertas e hierarquizá-las em função de suas probabilidades objetivas**. Em suma: ao contrário do que pretenderiam neoclássicos e estruturalistas, nem a modelística hiper-racionalista e a-histórica dos primeiros, nem a modelística simplificada e sub-determinada dos segundos, é suficiente para apoiar (ou para negar validade a) qualquer prognóstico sobre as conseqüências de distintas políticas econômicas. Tais prognósticos pressupõem a identificação das **tendências**

²⁷ A referência à coletividade potencial se explica pela importância das pressões demográficas – quer se originem por crescimento vegetativo, quer se originem de correntes migratórias (que ainda introduzem novos elementos culturais e reposicionam as equações de poder) - para a transformação histórica.

sistêmicas e só podem ser considerados científicos se construídos nos marcos totalizantes do institucionalismo histórico²⁸.

Postos nestes termos, o embate entre os três paradigmas parece não ter fim. E, de fato, não terá fim enquanto os nossos conhecimentos sobre o homem e a sociedade não atingirem um patamar de determinação lógico-empírica que nos permita a construção de um consenso rigorosamente científico sobre aqueles temas que, hoje, impõem a utilização de “muletas metafísicas”. Mas reconhecer este fato não implica negar a cientificidade da Economia.

Em primeiro lugar, porque as referências metafísicas de cada paradigma são – pelo menos não para os verdadeiros cientistas, por oposição aos discípulos dogmáticos e ideólogos acríticos – meros pontos de partida da investigação, e as hipóteses que fornecem devem ser postas sob crítica interna e confrontação com os desenvolvimentos dos paradigmas “rivais”. Essa é a única estratégia capaz de levar à superação de polêmicas, e ela já mostrou ser de grande utilidade para a Economia ao longo de seus quase três séculos de vida.

E o mais importante é que, via de regra, as construções teóricas que conquistaram consenso em Economia – superando os tratamentos parciais e polêmicos que vicejavam até então – receberam contribuições das três grandes tradições do pensamento econômico. Cada uma, na sua especialidade. Via de regra, os cartesianos – com seu proverbial pendor matemático e analítico – desenvolvem inovações instrumentais; os estruturalistas – atentos para realidades e problemas específicos – exploram as inovações na modelagem de sistemas “mal comportados” e derivam conseqüências inusitadas das mesmas; e os hegelianos – voltados para o desvendamento da lógica da História – revelam as condições institucionais que alimentam a emergência das contradições modeladas pelos estruturalistas, bem como as condições que permitem a superação das mesmas. Este padrão de colaboração já se manifestou inúmeras vezes. Mas raras vezes com a intensidade e transparência presente no movimento que levou a Teoria dos Jogos do matemático von Neumann a se constituir numa das principais peças do Institucionalismo Histórico de Douglass North. A história desta colaboração é o tema do Anexo a este capítulo.

²⁸ Vale lembrar – quanto mais não seja, para sermos acusados de sempre “deixar a última palavra” com a corrente teórica com a qual mais nos identificamos – que a resposta cartesiana e kantiana ao ambicioso projeto científico hegeliano é que o mesmo é impossível. Para cartesianos e kantianos, o que define a cientificidade de uma construção não é seu realismo e abrangência, mas sua “infirmabilidade” (a possibilidade de testar e negar um modelo). Para os cartesianos, um modelo é testado e descartado se se mostrar **logicamente** inconsistente. Para os kantianos, um modelo é testado e negado se se mostra inconsistente com a trajetória **empírica** do sistema particular que se busca representar. Para os hegelianos, as contradições são parte da realidade e devem fazer parte de seus sistemas, e toda a sistematização de uma dada realidade histórica é parcial e insuficiente, devendo comportar sempre novas determinações. O resultado é que o projeto hegeliano alimenta sistemas teóricos que não se deixam criticar ou negar facilmente, e, como tal, extrapolariam o campo da ciência. Para os que se interessam em aprofundar esta vertente crítica ao projeto hegeliano, recomendamos a leitura de Popper, 1980.

Apêndice ao Capítulo 1 – A Revolução da Teoria dos Jogos e a Consolidação da Ciência Econômica

1. INTRODUÇÃO

A Teoria dos Jogos impôs uma revolução na Teoria Econômica que ainda não foi plenamente reconhecida pela totalidade dos observadores e analistas do desenvolvimento desta Ciência. Esta relativa falta de reconhecimento não é gratuita. A Teoria dos Jogos foi desenvolvida no interior de um paradigma teórico específico – o neoclássico – visando enfrentar as críticas estruturalistas e institucionalistas à inconsistência empírica da modelagem ortodoxa da concorrência dentro dos cânones mais rigorosos do cartesianismo²⁹. O que envolveu o desenvolvimento de um instrumental específico e inovador que só veio a se consolidar a partir da segunda metade do século passado com a contribuição de alguns dos mais brilhantes e afamados matemáticos do período, como Von Neumann e John Nash.

Ora, a despeito da relativa simplicidade deste instrumental, sua utilização pressupõe o domínio de um aparato matemático específico que só veio a ser incorporado nos currículos das principais escolas de Economia do mundo nas últimas décadas do século XX. Uma incorporação que usualmente se dá a partir da apresentação das soluções ortodoxas aos problemas internos da construção neoclássica. O que acaba alimentando a ilusão de que a Teoria dos Jogos seria um instrumental de utilização relativamente restrita, porquanto sobrecarregado de hipóteses teóricas que, consistentes com a tradição neoclássica, seriam inconsistentes com as perspectivas estruturalista e institucionalista da racionalidade econômica e da tomada de decisões em ambientes competitivos.

Do nosso ponto de vista, esta avaliação crítica da Teoria dos Jogos está essencialmente equivocada. Na realidade, acreditamos que, não fosse a resistência de parcela expressiva dos estruturalistas e institucionalistas a formalizarem matematicamente seus modelos e construções teóricas e a operarem com o ferramental analítico neoclássico, já estaria claro que a Teoria dos Jogos tem um papel crucial na demonstração: 1) da insuficiência do paradigma neoclássico; e 2) do rigor e consistência de algumas das teses nucleares das vertentes kantiana e hegeliana em Economia. Ou, para sermos mais claros: acreditamos que **a grande contribuição da Teoria dos Jogos é a demonstração cabal e rigorosa de que a interação de agentes econômicos privados que buscam o máximo benefício por unidade de dispêndio dos seus recursos pode resultar em equilíbrios sub-ótimos; vale dizer, em resultados estáveis (porquanto ninguém pode se mover da situação em que se**

²⁹ O modelo competitivo padrão, que organiza o sistema teórico neoclássico, é a concorrência perfeita, que será apresentado no capítulo quinto. As críticas a este modelo competitivo, bem como as respostas alternativas às mesmas articuladas dentro e fora do *mainstream* (vale dizer: dentro e fora da ortodoxia neoclássica) serão objeto do capítulo sexto.

encontra sem obter um resultado inferior) que geram benefícios inferiores àqueles que poderiam ser auferidos por cada um e por todos se os (inter)agentes adotassem uma racionalidade distinta.

Ora, isto é o mesmo que dizer que a Teoria dos Jogos viabiliza a demonstração cabal da correção das críticas estruturalistas e dialéticas à tese liberal segundo a qual a busca exclusiva do auto-interesse seria capaz de gerar equilíbrios econômicos social e individualmente consistentes. E esta demonstração não é menor. Na verdade, o que se demonstra aqui é que o mercado não é eficaz se não vier acompanhado de um certo padrão de regramento das ações econômicas capaz de circunscrever a busca do auto-interesse a limites socialmente consistentes. E o reconhecimento desta necessidade de regramento envolve o reconhecimento da funcionalidade econômica do Estado e da cultura cívica; vale dizer, envolve o reconhecimento da centralidade das instituições e da insuficiência (e, no limite, inconsistência) de qualquer Teoria Econômica que não as leve explicitamente em consideração.

Infelizmente, não podemos fazer aqui uma apresentação minimamente detalhada da Teoria dos Jogos, sua história de desenvolvimento e as principais contribuições à Ciência Econômica derivadas da utilização deste instrumental, pois isto envolveria ir muito além dos limites de um livro introdutório. Contudo, podemos e devemos apresentar as características mais gerais deste instrumental (seção dois, abaixo), bem como daquele que é o mais surpreendente (e que vem se mostrando o mais influente) desdobramento deste ferramental teórico para a reflexão da Economia e das demais Ciências Sociais: o Dilema do Prisioneiro (seção 3). Por fim, na última seção, tecemos algumas considerações sobre os desdobramentos presumíveis do Dilema do Prisioneiro na superação crescente do antagonismo entre os três paradigmas estruturantes da Ciência Econômica.

2. PRINCÍPIOS DA TEORIA DOS JOGOS

A Teoria dos Jogos nada mais é do que um sistema de identificação do conjunto das soluções possíveis da interação de agentes racionais e concorrentes que tomam decisões em situações em que o resultado obtido por cada um depende da estratégia adotada pelos demais. Assim, em Economia, a Teoria dos Jogos foi originalmente desenvolvida para a investigação e determinação do equilíbrio em mercados oligopolísticos³⁰, onde a presença de um número restrito de competidores determina que cada produtor seja obrigado a levar em consideração as decisões dos demais no momento em que toma suas próprias decisões de produção e precificação. Mas a sua grande contribuição se

³⁰ Oligopólio é uma situação de mercado caracterizada pela existência de um número restrito de produtores e fornecedores de um determinado produto. Analisamos este padrão de organização de mercado no capítulo sexto, adiante.



encontra, justamente, na demonstração de que a concorrência oligopólica, longe de ser uma situação incomum, é um padrão competitivo virtualmente universal. Na verdade, é o padrão de concorrência que caracteriza os mais diversos “jogos competitivos”, onde cada contendor sabe que se defronta com um determinado número de adversários e busca formular hipóteses acerca das suas estratégias mais prováveis antes de definir a sua própria. Um exemplo pode ajudar a compreender o modelo.

Suponhamos um jogo de basquete com algumas regras alteradas em que disputam apenas duas pessoas: “Lento” e “Agressivo”. O vencedor deve receber 300 dólares se conseguir fazer 10 cestas antes que o competidor complete 5 cestas. Caso o segundo colocado alcance fazer entre 5 e 9 cestas antes que o vencedor complete a décima, o prêmio será distribuído entre os dois jogadores, com o vencedor recebendo 200 dólares e o segundo colocado recebendo 100 dólares. Se nenhum dos dois jogadores conseguir fazer 10 cestas no período do jogo (5 minutos), ninguém recebe nada. O jogo cessa passados 5 minutos, ou no momento em que o primeiro completar o objetivo. Mas este não é um jogo com as regras tradicionais. A principal alteração nas regras é a seguinte: a cada cesta, a bola é retirada de campo pelo juiz, que se posiciona no extremo oposto da quadra. Ele só lançará a bola novamente em campo se algum dos dois competidores for até onde ele se encontra e tocar na bola. Neste momento, o juiz lança a bola na direção do garrafão onde deve ser feita a cesta.

Ora, é evidente que nenhum dos dois jogadores querará se afastar do garrafão para tocar na bola. Mas, se nenhum faz, o tempo se esgota e ninguém ganha o jogo. De outro lado, aquele que o fizer, tem menos chance de ganhar o jogo. Na verdade, é praticamente impossível que alguém o ganhe se, sistematicamente, for “buscar” a bola do outro lado da quadra (pois o juiz a joga para perto do que **não** foi “buscar”). Que estratégia adotarão os nossos jogadores e quem deve ser o vencedor?

Imaginemos que nossos dois contendores apresentam qualidades técnicas e características físicas e psicológicas muito distintas. Lento é um jogador medíocre, muito vagaroso e um mau perdedor: prefere perder acompanhado a perder sozinho. Já Agressivo é um ótimo jogador, extremamente veloz, gosta de correr riscos e prefere ficar em segundo lugar do que não ganhar nada.

Neste caso, a estratégia dos dois jogadores é previsível, independentemente dos jogadores se conhecerem e saberem dos atributos um do outro³¹. E isto porque Lento tem uma estratégia dominante: ele ficará sistematicamente entre o meio da quadra e o garrafão onde se encontra a cesta a ser feita. Obrigando Agressivo a ir “buscar” a bola sistematicamente. Como Agressivo é muito rápido e competente, é bastante provável que ele marque mais do que 5 e menos de 10 cestas no tempo regulamentar, ficando em segundo lugar e recebendo 100 dólares; enquanto Lento, beneficiado pela proximidade com a meta, deve vencer o jogo e receber 200 dólares.

³¹ Se quisermos complexificar o exemplo, podemos imaginar que os jogadores irão testar as características um do outro no primeiro momento. Mas elas logo ficarão evidentes, impondo a solução representada a seguir.

Este jogo, com seus resultados possíveis e seu resultado efetivo, está representado abaixo.

Jogo 1: Solução Única com Estratégia Dominante

Estratégias	Agressivo Busca	Agressivo Aguarda
Lento Busca	0, 300	0, 300
Lento Aguarda	200, 100	0, 0

Cada jogador tem duas estratégias alternativas (**busca** a bola ou **aguarda** o lançamento do juiz). Mas cada um deles tem uma estratégia dominante; pois se Lento for buscar a bola ele está fadado a perder e a não receber nada, de forma que ele sempre aguarda. De outro lado, se Agressivo também aguarda, o tempo do jogo se esgota e nenhum dos dois recebe qualquer valor. De forma que Agressivo é obrigado a buscar a bola, mesmo sabendo que suas chances de receber mais do que 100 dólares são mínimas. As estratégias dominantes são representadas pelos valores “negritados” na representação acima. E a solução está representada na célula em que os valores recebidos por cada jogador estão “negritados”³².

O interessante deste jogo é que o seu resultado “surpreendente” - o vencedor é o pior jogador – se impõe a partir de determinações estritamente racionais. Pois é estritamente racional para Agressivo buscar a bola, se ele **não** quiser acabar o jogo sem receber nada. O que, do nosso ponto de vista, já demonstra o caráter científico e crítico da Teoria dos Jogos: a hipótese da estrita racionalidade e da adstrição às regras não é suficiente para gerar resultados rigorosamente “justos”: quem ganha aqui é o pior jogador, o mais oportunista e o que menos se esforça.

Mas isto não é tudo: é preciso ter claro que o resultado obtido depende da modelagem que fazemos do processo de definição de “ganhos” para os jogadores. O benefício de cada jogador pode até ser - mas usualmente não é – meramente monetário. Na verdade, o que se representa no interior das células dos jogos é a “utilidade” auferida por cada jogador a partir de uma dada combinação de estratégias. Ele envolve uma avaliação a respeito das vantagens gerais de um dado resultado. Por exemplo: se o nosso jogador Agressivo valorizasse a vitória (e desvalorizasse a derrota) mais do que

³² Note-se que o resultado derivado da combinação de estratégias “Lento busca” e “Agressivo Aguarda” – 0, 300 – não apresenta nenhum valor negritado. E isto na medida em que, a despeito desta ser uma boa combinação de estratégias para Agressivo, ela resulta da combinação das duas estratégias não-dominantes dos jogadores, das estratégias **descartadas** pelos mesmos.

o prêmio financeiro, ele não jogaria “para ficar em segundo lugar”. Ele se recusaria a ir buscar a bola, e o jogo terminaria empatado. A “vitória” de Agressivo seria impedir que Lento ganhasse o jogo “injustamente”.

Jogo 2: Solução Única com Estratégia Dominante

Estratégias	Agressivo Busca	Agressivo Aguarda
Lento Busca	0, 300	0, 300
Lento Aguarda	200, -100	0, 100

Neste caso, ambos os jogadores tem uma única estratégia dominante – aguardar. E o resultado é um empate, em que ninguém recebe qualquer prêmio monetário, mas Agressivo se beneficia do fato de não ter deixado Lento vencê-lo apesar de ser um jogador medíocre.

Ora, o fato de que os “ganhos” sejam irreduzíveis aos benefícios monetários amplia enormemente a abrangência da Teoria dos Jogos. O que se está afirmando é que os “valores” que estão em “jogo” não são pré-definidos. A depender do padrão de valoração dos agentes – que não são estritamente individuais, mas socialmente determinados – chegamos a resultados muito distintos. Porém, este ganho de abrangência envolve, simultaneamente, a imposição de um desafio: uma modelagem consistente pressupõe o reconhecimento explícito do padrão valorativo adotado pelos contendores³³.

Vamos avançar, agora, para um exemplo propriamente econômico. Imaginemos dois agentes A e B, cujas capacidades de trabalho estão subempregadas e que possuem uma pequena poupança. Ambos estão em busca de alternativas para a aplicação destes recursos e identificam uma demanda potencial para “rãs”. A ocupação deste nicho de mercado daria rendimentos significativos se os empresários pudessem contar com o volume de recursos necessários para ingressar, tanto na produção desta mercadoria, quanto na sua comercialização. Contudo, com os seus recursos financeiros (que definem a capacidade de endividamento dos mesmos), os jogadores só podem ingressar numa das duas pontas da cadeia, ou na produção, ou na comercialização. Esta restrição não chega a inviabilizar o ingresso. Porém, se qualquer um dos jogadores ingressar numa ponta cadeia e o outro agente não se instalar na ponta complementar, o ingressante terá, ou de se

³³ Voltaremos a tratar da categoria “utilidade” no primeiro capítulo da seção de Microeconomia.

utilizar dos canais de comercialização disponíveis (o que envolve vender seu produto a preços aviltados), ou disputar a mercadoria com outros comerciantes (o que conduziria ao ingressante a um prejuízo capaz de obrigá-lo a abandonar o mercado). De outro lado, se os dois agentes ingressarem em pontas complementares da cadeia, ambos auferirão rendimentos significativos, equivalentes ao dobro (no caso do ingresso ser na produção), ou ao triplo (no caso do ingresso ser na comercialização) do que os jogadores auferem hoje enquanto rentistas sub-empregados. Este jogo encontra-se representado na tabela abaixo.

Jogo 3: Múltiplos equilíbrios com solução sub-ótima

Estratégias	A1: Aplica na Poup	A2: Produz Rã	A3: Vende Rã
B1: Aplica na Poup	2, 2	1, 2	-1, 2
B2: Produz Rã	2, 1	-4, -4	6, 4
B3: Vende Rã	2, -1	4, 6	-5, -5

Como se pode ver acima, ao contrário do que ocorria em nosso Basquete, os jogadores não têm nenhuma estratégia dominante. A cada estratégia do concorrente, muda a estratégia preferencial do outro jogador. O que, dadas as características deste jogo particular, acaba gerando **três equilíbrios alternativos**, grifados em negrito na tabela acima. Pergunta-se, então: para qual destes equilíbrios alternativos o sistema tende? Depende... Mais especificamente, depende das probabilidades que os jogadores imputam a cada uma das estratégias alternativas dos seus adversários e do grau de confiança dos mesmos jogadores em torno daquela distribuição de probabilidades. Expliquemo-nos.

Suponhamos que o jogador A tenha informações que o levam a crer que o jogador B vai produzir rã. Neste caso, a melhor opção para o jogador A é comercializar rã e o sistema tenderá para o equilíbrio representado por A3, B2 (que gera os rendimentos 6, 4). Contudo, o caso mais freqüente (e mais problemático) é aquele em que os jogadores não alcançam definir probabilidades confiáveis para as estratégias alternativas dos seus adversários. Neste caso, dizemos que os jogadores são obrigados a definir suas estratégias sob condição de incerteza. E, sob incerteza, a estratégia preferencial é aquela que minimiza as chances de prejuízo.

Se voltarmos ao quadro com representação do Jogo 2, veremos que, tanto para o jogador A, quanto para o jogador B, a estratégia que minimiza a possibilidade de prejuízo é “aplicar na



poupança”. Afinal, esta estratégia gera sempre o mesmo rendimento positivo (“2”) para cada jogador, independentemente de qual seja a estratégia do adversário; enquanto a estratégia “produzir rã” pode gerar um prejuízo de “-4” (no caso do adversário ingressar no mesmo negócio) e a estratégia “comercializar rã” pode gerar um prejuízo ainda maior (de “-5”, no caso de ser esta também a estratégia do adversário). Vale dizer: **em condições de incerteza o sistema tende para a “A1, B1”; o único dentre os três equilíbrios alternativos que é um sub-ótimo em termos de Pareto³⁴ e que gera o rendimento agregado mais baixo.**

É fácil perceber que o sistema só atinge esta solução sub-ótima porque carece de coordenação. A questão que fica é: como enfrentar esta carência? ... Quando o jogo envolve apenas dois jogadores que estão buscando uma inserção articulada no mercado, é possível que a carência de coordenação se resolva a partir da ação dos próprios jogadores, que podem anunciar publicamente seus projetos empresariais e buscar sócios para a empreitada. Mas se o jogo envolve um amplo conjunto de jogadores – que teriam de entrar em distintos elos da cadeia produtiva e/ou financiarem os entrantes com seus recursos –, as chances de convergência para um ótimo paretiano diminuem sensivelmente na ausência de instituições de governança, estruturadas com vistas à articulação de interesses dos agentes e ao oferecimento de garantias aos credores.

3. O DILEMA DO PRISIONEIRO

Com os dois exemplos anteriores já foi possível perceber que não se precisa apelar para qualquer hipótese de irracionalidade para que o sistema competitiva gere resultados sub-ótimos (como no Jogo 2, de 3 equilíbrios) ou inconsistentes com o princípio de equivalência entre esforço e benefício (como no Jogo 1, em que a vitória é conquistada pelo pior jogador). Mas a demonstração mais contundente da insuficiência da “mão invisível” fornecida pela Teoria dos Jogos é o conhecido “Dilema do Prisioneiro”.

Este padrão de jogo deve sua denominação ao fato absolutamente casual de que os pesquisadores que primeiro demonstraram a possibilidade de equilíbrios econômicos social e individualmente inconsistentes derivados exclusivamente da adoção de estratégias oportunistas por parte dos competidores o exemplificaram com o caso de dois prisioneiros que, suspeitos de um determinado crime, são racionalmente induzidos a colaborar com a polícia a despeito das consequências

³⁴ Um ótimo de Pareto é uma situação onde não se poderia melhorar a situação de nenhum dos agentes econômicos sem impor uma piora para pelo menos um dos demais. A solução A1,B1 não é ótima, pois os dois outros permitem uma apropriação de rendimentos superiores para ambos os jogadores. Segundo Pareto – um dos próceres da Economia Neoclássica – um sistema econômico é definido como ineficiente se e somente se ele conduzir a equilíbrios sub-ótimos.

funestas de tal opção para ambos. Mas o “dilema” denunciado pelos pesquisadores da RAND³⁵ é muito mais cotidiano e universal do que semelhante alcunha permite perceber; de forma que nos parece útil exemplificá-lo a partir de um jogo propriamente econômico.

Sejam duas empresas industriais que atuam em um mesmo setor e identificam a necessidade de investir em P&D. Cada uma delas se depara com duas alternativas: 1) aportar recursos para o Laboratório da Universidade Regional (LUR), complementando-o com os poucos equipamentos necessários à realização das pesquisas demandadas pela empresa; 2) aplicar seus recursos na montagem de um centro de P&D no interior da própria firma. Dadas as limitações de recurso de cada firma, a criação de centros de P&D próprios não é uma alternativa capaz de responder ao conjunto de suas demandas de pesquisa, de forma que a rentabilidade esperada desta opção é baixa. A não ser que a firma concorrente aporte recursos para o LUR. Neste caso, aquela que não o fizer poderá utilizar-se do Laboratório coletivo e investir seus recursos financeiros tão somente na construção de um pequeno laboratório privado, responsável pela transformação dos resultados das pesquisas públicas do LUR em produtos e processos patenteáveis. Esta última combinação de estratégias proporciona tamanha vantagem competitiva à firma que não aporta qualquer contribuição para o desenvolvimento do LUR que pode implicar na falência da concorrente que colabora com o Laboratório coletivo. Este jogo pode ser representado formalmente da seguinte forma:

Jogo 4 – Dilema do Laboratório Coletivo ou Privado

Estratégias	B1- Apóia o Lab. Coletivo	B2 - Cria Lab. Privado
A1 – Apóia o Lab. Coletivo	5, 5	-2, 10
A2 - Cria Lab. Privado	10, -2	1, 1

Tal como no Jogo 1, os contendores têm uma estratégia dominante. Só que, agora, esta estratégia é a mesma para ambos: criar o laboratório privado. Afinal, supondo que o jogador A jogue A1 (apoia o laboratório coletivo), a melhor opção para o jogador B é jogar B2 (cria laboratório privado), que lhe proporciona um lucro de “10” (superior ao lucro de “5” que obteria jogando B1). Por outro lado, se A joga A2 (cria laboratório privado), a melhor estratégia para B é jogar B2, que lhe

³⁵ Merrill Flood, Melvin Dresher e Albert Tucker, colegas de von Neumann e John Nash na RAND Corporation ao longo dos anos 50.



proporciona um lucro de “1”, que é superior ao prejuízo de “-2” que obteria jogando B1. Vale dizer: **seja qual for a estratégia adotada por A, é sempre melhor para B jogar B2, criando o laboratório privado.**

O problema é que a mesma lógica se impõe para A: seja qual for a estratégia adotada por B – apoiar o laboratório coletivo ou criar laboratório privado – será sempre melhor para A criar um laboratório privado. E o resultado é que cada um dos dois jogadores, **justamente por ser racional**, adota a estratégia da criação do laboratório privado. O que conduz ao equilíbrio “A2, B2”. Um equilíbrio que corresponde ao pior resultado em termos sociais (representado pela soma dos lucros dos concorrentes) e a um resultado individual significativamente inferior ao que cada um deles obterá se ambos tivessem colaborado com o laboratório coletivo.

O mais interessante deste “jogo” é que é muito fácil para os agentes perceberem o círculo vicioso em que se envolvem e que a decisão de colaborar seria a mais eficaz para ambos **caso houvesse confiança**. A questão que fica é: como constituir a fideducía, o “credere”? ... Diversas respostas foram dadas a esta pergunta. Mas o que tem ficado cada vez mais claro, desde que os primeiros teóricos da RAND se dedicaram ao problema de uma perspectiva estritamente lógica, até as pesquisas empíricas de sociólogos contemporâneos como Putnam (1996), passando pelas reflexões de Elster (1991) e de todo o marxismo analítico, é que as possibilidades de escapar da solução perversa passa pela intensidade e frequência **de outros laços de sociabilidade entre os agentes concorrentes.**

O cerne da explicação de Putnam para o desenvolvimento acelerado da Terceira Itália encontra-se, justamente, na solidez do que este autor denominou a “comunidade cívica” na região nordeste italiana. Por “comunidade cívica” o autor entende o conjunto de instituições não especificamente econômicas responsáveis pela socialização e desenvolvimento do senso de comunidade entre agentes de uma região, instituições estas que vão de Associações Culturais e Recreativas a Grupos Filantrópicos, passando por Jornais regionais, grupos folclóricos e desportivos, partidos políticos, sindicatos e associações profissionais, etc., etc., etc. É Elster, contudo, quem melhor teoriza esta relação empírica apontada por Putnam. Para Elster, na medida em que as sanções especificamente econômicas à ação oportunista são totalmente ineficientes, e a simples proibição legal do exercício de uma lógica racional individualista é contraditória com os próprios fundamentos da ordem econômica mercantil, então somente sanções postas no plano da sociabilidade e da cultura podem permitir que se escape do ciclo vicioso imposto pelo “dilema do prisioneiro”.

De outro lado, tanto Elster, quanto Putnam, apontam para a importância do setor público estatal no apoio e consolidação da “comunidade cívica”. Em particular este último autor, chama a atenção para o fato de que a constituição de instâncias político-institucionais regionalizadas na Itália após a Segunda Guerra foi um dos fundamentos das dinâmicas marcadamente diferenciadas das distintas regiões italianas desde então. Mais do que isto: Putnam vai chamar a atenção para

o fato de que as regiões italianas mais bem sucedidas no pós-Segunda Guerra serão justamente aquelas onde se consolidou uma hegemonia de partidos políticos que tinham como princípio programático fundamental o apoio ao desenvolvimento da solidariedade entre agentes econômicos³⁶.

O reconhecimento deste ponto, contudo, não é suficiente para que possamos definir o papel exato que cabe ao Estado³⁷ na administração de jogos econômicos complexos e no enfrentamento de soluções perversas dos recorrentes “dilemas de prisioneiro”. E isto na medida em que, se o Estado é **necessário** ao encaminhamento de uma solução não perversa para os inúmeros dilemas do prisioneiro, nada nos garante que ele seja **capaz** de fazê-lo da forma mais eficiente e socialmente justa; vale dizer, que seja capaz de vigiar e punir sem discriminação e privilégios e sem impor um custo tão elevado ao processo que torne os seus benefícios inferiores aos seus custos. Ou, como diz Putnam (citando Gambetta e North):

“Parte da dificuldade consiste no fato de que a coerção é onerosa: ‘As sociedades que enfatizam muito o uso da força costumam ser menos eficientes, mais sacrificantes e menos satisfatórias do que aquelas onde a confiança é mantida por outros meios’. O maior problema, porém, é que a coerção imparcial é em si mesma um bem público, estando sujeita ao mesmo dilema básico que ela busca resolver. A coerção de um terceiro exige que este seja confiável, mas que força garante que o poder soberano não irá *desertar*? ‘Em suma, se o Estado tem força coercitiva, então os que o dirigem [poderão usar] essa força em proveito próprio [ou de aliados preferenciais], a expensas do resto da sociedade’. No jargão da teoria dos jogos [diz-se que] a coerção imparcial de um terceiro não constitui geralmente um ‘equilíbrio estável’, isto é, aquele em que nenhum jogador tem motivos para modificar seu comportamento.” (Putnam, 1996, p. 175)³⁸

4. CONCLUSÃO

Tal como procuramos demonstrar acima, a Teoria dos Jogos é muito mais do que uma modelagem matemática de padrões competitivos oligopólicos. Ela vem cumprindo um papel proeminente na atualização do debate sobre o papel do Estado na regulação dos conflitos de interesse, bem como dos fundamentos do contrato social economicamente consistente. Ao traduzir

³⁶ Mormente entre micro e pequenos empresários, incapazes de se inserir de forma competitiva e sustentável no mercado sem o estabelecimento de elos de cooperação estrutural. A este respeito vide Putnam, 1996, em especial o capítulo segundo e a seção final do capítulo quarto.

³⁷ Entendido aqui em seu sentido mais restrito, como o conjunto de instituições que estabelecem relações de poder e autoridade (por oposição a “relações de intercâmbio livremente pactuadas”) para com todo e qualquer membro de uma determinada sociedade.

³⁸ As citações – marcadas por aspas simples - são, na ordem de aparição, de Gambetta, 1988, p. 216 e de North, 1990, p. 58.

num sistema matemático rigoroso e operativo alguns dos dilemas clássicos da Filosofia e da Ciência Política, vem contribuindo para a determinação das condições necessárias ao equacionamento dos mesmos. Sem dúvida, ainda estamos muito longe de uma compreensão satisfatória, seja das soluções lógicas, seja das soluções histórico-empíricas, dos referidos dilemas. Mas não pode restar qualquer dúvida que o (re)equacionamento dos problemas clássicos nos termos propostos pela modelagem da Teoria dos Jogos tem sido uma alavanca poderosa para a avaliação crítica das distintas respostas que a Filosofia e a Ciência Política vêm dando aos mesmos desde Platão até os institucionalistas modernos.

De outro lado, para além dos desenvolvimentos teóricos que a utilização deste poderoso ferramental vem alavancando, nos interessa chamar a atenção aqui para a sua contribuição específica à superação da fragmentação da Ciência Econômica em paradigmas antagônicos. Afinal, depois da Teoria dos Jogos não há mais espaço para o hiper-cartesianismo que, identificando o real ao racional, virtualmente sacraliza o *status quo*. Nem, tampouco, há espaço para o hiper-kantismo, cuja crítica acerba do entendimento acaba se resolvendo na virtual negação da racionalidade das estruturas sociais. Na contramão do hiper-racionalismo e do irracionalismo, o que a Teoria dos Jogos demonstra é que os resultados mais surpreendentes e contraditórios podem brotar da interação de agentes rigorosamente racionais que operam dentro das mais estritas regras socialmente estabelecidas. O postulado da racionalidade não é **suficiente** para garantir a consecução de equilíbrios ótimos no sentido de Pareto. E o postulado da irracionalidade (ou de qualquer circunscrição da racionalidade) não é **necessário** para demonstrar que a interação das forças de mercado é capaz de conduzir a resultados social e economicamente perversos.

Mas se a Teoria dos Jogos recusa as versões dogmáticas e hipertrofiadas do cartesianismo e do kantismo, ela, ao mesmo, tempo se assenta nestas duas tradições. Afinal, na esteira dos cartesianos, insiste em tomar a racionalidade como referência da tomada de decisões dos agentes em todos e quaisquer jogos (econômicos, de “azar”, políticos, etc.) que busca modelar. Ao mesmo tempo em que, na esteira dos kantianos, reconhece e busca demonstrar a insuficiência da racionalidade instrumental-maximizadora privada para a consecução de resultados econômicos social e economicamente satisfatórios. O que não pode deixar de se resolver no reconhecimento de que, como pretendem os hegelianos, a racionalidade não é um dado, mas um processo indissociável do desenvolvimento da moralidade subjetiva e das instituições que asseguram a vigência da mesma. Afinal, recusar o caráter processual da racionalidade envolveria pretender que estamos fadados às soluções sub-ótimas geradas por jogos do tipo “prisioneiro”. Uma conclusão que, com toda a certeza, não seria aceita pelos próceres da Teoria dos Jogos. Como bons matemáticos, Von Neumann e Nash são demasiadamente cartesianos para admitirem que o mundo é (crônica e irreversivelmente) irracional. Estamos de pleno acordo.

